



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Avenida Presidente Tancredo Neves, 2501 – Terra Firme
Cep: 66077-530 - Caixa Postal: 917 - Belém/Pará
Tel.: (91)3210-5165/3210-5166

ATO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO: RC – Resolução “ad referendum” do CONSUN

Resolução nº 198, de 12 de junho de 2018.

HOMOLOGAR A RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” Nº
197, DE 28 DE MARÇO DE 2018, QUE APROVA O
RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2017 DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA.

A Reitora em exercício da Universidade Federal Rural da Amazônia, Professora Janae Gonçalves, na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, no uso das atribuições legais e estatutárias, com base no Processo 23084.007391/2018-43, de acordo com a deliberação deste Conselho na 2ª Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2018 e, nos conformes da respectiva ata, resolve expedir a presente:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Homologar a Resolução “ad referendum” nº 197, de 28 de março de 2018, que aprova o Relatório Anual de Gestão 2017 da Universidade federal Rural da Amazônia.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site da UFRA.

Publique-se.

Belém, 12 de junho de 2018.

Profª. Janae Gonçalves

Presidente em exercício do CONSUN/UFRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Belém/PA
2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 161/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Propladi
Belém/PA
Março/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ASCOM – Assessoria de Comunicação
BPEq – Banco de professores-equivalentes
CCC – Central de Contratos e Convênios
CICLOPI – Ciclo de Oficinas para Orientar o Planejamento Estratégico Institucional
CONSAD – Conselho de Administração
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPPAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PLAIN – Planejamento Estratégico Institucional da UFRA
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional da Educação
PNExt – Plano Nacional de Extensão
PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAF – Pró-reitoria de Administração e Finanças
PROEX – Pró-reitoria de Extensão
PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLADI – Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAF – Superintendência Administrativa e Financeira
SDD – Sessão de Direitos e Deveres
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SIGPRH – Sistema de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos
SIMEC – Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELAS

Tabela – Gastos com combustível e manutenção _____	46
Tabela – Quantidade de veículos em uso, discriminado por grupo _____	46
Tabela – Média anual de km rodados, por grupo de veículos _____	47
Tabela – Idade média da frota, por grupo de veículos _____	47
Tabela – Custo associado à manutenção da frota _____	47
Tabela – Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI _____	50
Tabela – Relação dos sistemas TI e função de cada um deles _____	51
Tabela – Projetos de TI desenvolvidos no exercício _____	52
Tabela – Recomendações emitidas e monitoradas pela CGU _____	61
Tabela – Recomendações emitidas pela CGU – por unidade _____	62
Tabela – Recomendações emitidas pela unidade AUDIN _____	62

QUADROS

Quadro - Informações sobre área ou subunidades estratégicas_____	04
Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – 20GK_____	12
Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – 20RK_____	13
Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – 4002_____	14
Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – 8282_____	15
Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS – 4572_____	16
Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS – 11N0_____	16
Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS – 20CW_____	17
Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS – 4008_____	17
Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS – 4009_____	18
Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS – 8667_____	18
Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa_____	20
Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores_____	22
Quadro – Montantes Recebidos pela UFRA_____	24
Quadro – Montantes Transferidos pela UFRA _____	27
Quadro – Informações sobre Realização das Receitas_____	28
Quadro – Despesas Totais por modalidade de Contratação_____	30
Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002_____	32
Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002_____	33
Quadro - Força de Trabalho da UPC_____	41
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva_____	41
Quadro – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC_____	42
Quadro – Despesas do Pessoal_____	43
Quadro – Composição de Quadro de Estagiários_____	45
Quadro – Distribuição geográfica dos imóveis sob responsabilidade da UFRA____	48
Quadro – Deliberações do TCU destinados à UFRA em 2017_____	60
Quadro – Cursos que ofertam disciplina de Libras como matéria obrigatória_____	63

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas_____ 64

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL	1
1.1 Finalidades e Competências	1
1.2 Normas, Regulamento de Criação, Alteração, Funcionamento	2
1.3 Ambiente de Atuação	2
1.4 Organograma Funcional da UFRA	3
1.5 Macroprocessos Finalísticos	5
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	10
2.1 Planejamento Organizacional	10
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	10
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	11
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	11
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultado dos Planos	11
2.3 Desempenho Orçamentário	12
2.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	12
2.3.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário	19
2.3.3 Despesas por Grupo e Elementos de Despesa	20
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	22
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	24
2.3.6 Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise de Prestação de Contas	27
2.3.7 Informações sobre a Realização de Receitas	28
2.3.8. Informações sobre a Realização de Despesas	30
2.4 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho	32
3 GOVERNANÇA	34
3.1 Descrição das Estruturas de Governança	34
3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	35
3.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	38
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos	40
4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	41
4.1 Gestão de Pessoas	41
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	41
4.1.2 Demonstrativos das Despesas com Pessoal	43
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	44
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	45
4.1.4.1 Contratação de Estagiários	45
4.1.5 Terceirização Irregular de Cargos	45
4.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	45
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	46
4.2.1 Gestão de Frotas de Veículos	46
4.2.2 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União	48
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação	50
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	52
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	53
5.1 Canais de Acesso ao Cidadão	53

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão_____	53
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários_____	53
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade_____	53
5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações_____	54
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS_____	55
6.1 Informações sobre Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior_____	55
6.2 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade_____	56
6.2.1. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas_____	56
6.3 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis_____	56
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE_____	60
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU_____	60
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno_____	60
7.3 Informações sobre ações de publicidade e propaganda_____	62
7.4 Demonstração da Conformidade com o Disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005_____	63

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) apresenta o seu Relatório de Gestão do exercício 2017. Esse relatório é um elemento fundamental de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e um instrumento de gestão que informa à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela UFRA no exercício, contribuindo com o processo de transparência quanto aos atos políticos e administrativos e de respeito às leis, no sentido de dar amplo conhecimento à sociedade.

Desde o exercício 2014, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) passou a coordenar o processo de elaboração do relatório anual da Instituição. Adotando procedimentos que possibilitam a sistematização e a consolidação das informações pretende-se contribuir com a análise crítica dos resultados alcançados pelas ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação da Universidade.

Quanto à organização, à forma e ao conteúdo, este Relatório obedece às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 161/2017.

Não houve ocorrência dos itens: Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres; Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento; Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal; Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos; Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições e; Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário. E os conteúdos: Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 e Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento; Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas, não são aplicáveis a esta UPC.

O exercício de 2017 foi marcado principalmente pela mudança da gestão através das eleições que ocorreram no mês de abril, trazendo uma nova equipe que assumiu desde agosto e que veio disposta a dar continuidade aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos na Universidade, principalmente no que diz respeito à consolidação multicampi, ainda que o cenário de limitação de recursos financeiro e humano ainda seja uma realidade que vai de contra a urgência de crescimento da Universidade.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidades e Competências

Apoiada nos estudos sobre o perfil do profissional de ciências agrárias e o desenvolvimento local a partir da identificação de arranjos produtivos locais, a UFRA iniciou o seu processo de interiorização com a criação dos cursos de Engenharia Florestal em Santarém, Agronomia e Zootecnia em Parauapebas e Agronomia em Capitão Poço. Parauapebas e Capitão Poço se transformaram em *campus* da UFRA e o de Santarém na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A partir da experiência adquirida, com o apoio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto no 6.096 de 14 de abril de 2007, a UFRA foi contemplada com recursos para a reestruturação acadêmica, criação de novos cursos de graduação e do *campus* de Paragominas. Os novos *campi* de Capanema e Tomé-Açu e os cursos de graduação foram criados com recursos do Ministério da Educação (MEC) já no âmbito do Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020).

A continuidade da expansão da UFRA até 2024 está fundamentada no seu Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN 2014-2024), construído endogenamente com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade regional e que está alinhado, em termos de horizonte de tempo e metas, ao novo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Assim, busca-se a consolidação da UFRA com sete *campi* situados nos municípios de Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas, Tomé-Açu e Tailândia, e cinco núcleos universitários nos municípios de Colares, Ourilândia do Norte, Santa Isabel do Pará, Ulianópolis e Viseu no estado do Pará.

A missão, visão, valores e princípios constituem a base de atuação das UFRA como agente de formação de profissionais com conhecimento interdisciplinar e humanista e de transformação da sociedade, a partir da educação superior, neste cenário de mudanças econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas da Amazônia e do Brasil.

O Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (PLAIN 2014-2024) define a missão, visão, valores e princípios que atribuem sentido para o que a instituição faz no seu dia-a-dia e demarca a sua razão de ser e fundamenta suas ações.

Missão

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Visão

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

Valores

- a) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – assegurar a integração sistêmica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como diferencial na formação dos profissionais, produção e difusão de conhecimentos;
- b) Interdisciplinaridade – exercitar a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão, como processo de construção e desenvolvimento de novos conceitos, conhecimentos e aprendizados e na formação de cidadãos com visão holística dos problemas a enfrentar na vida profissional e convívio social;
- c) Transparência – tornar transparente as ações da atividade administrativa da instituição, mediante a divulgação e disponibilização das informações à sociedade;
- d) Responsabilidade social e ambiental – produzir conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a valorização dos serviços ambientais produzidos pela natureza em benefício do bem-estar social;
- e) Dignidade e inclusão – garantir os princípios da dignidade e inclusão na educação superior aos portadores de necessidades especiais;

- f) Ética – respeito, integridade e dignidade aos seres humanos, com o fito de assegurar os princípios morais aos cidadãos em prol do bem comum;
- g) Cidadania – assegurar a liberdade, direitos e responsabilidades individuais e comunitárias;
- h) Cooperação – trabalhar para o bem comum da sociedade local, regional, nacional e internacional.

Princípios

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito cultural, político, científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrária, saúde e produção animal, biológicas, ciências sociais aplicadas, da informação e conhecimento, ciências humanas e da saúde, engenharias e outras que venham a ser introduzidas;
- b) Formar profissionais cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento e melhorias da qualidade de vida da sociedade brasileira, em específico do ambiente complexo da Amazônia, propiciando a formação continuada;
- c) Desenvolver pesquisa, tecnologia e inovação dentro do propósito da sustentabilidade por meio da integração dos sistemas econômicos e ambientais, sob a visão holística das relações entre o homem e o meio em que atua;
- d) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade, sobretudo aos grupos sociais excluídos, e estabelecer um vínculo permanente e dinâmico de ações recíprocas para o desenvolvimento humano;
- e) Promover de forma permanente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a integração das informações e conhecimento adquiridos numa dinâmica própria de ação e reação com os egressos e os demais grupos de interesse a que está vinculada;
- f) Tornar efetivo e ampliado os meios de comunicação e divulgação dos conhecimentos culturais, políticos, socioeconômicos, ambientais, técnicos e científicos, que formam o patrimônio da UFRA tem a ofertar para a humanidade, por meio do ensino presencial à distância, publicações dos resultados de pesquisa e extensão e todas as formas de comunicação ao alcance da Universidade.

1.2 Normas, Regulamento de Criação, Alteração, Funcionamento

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) foi criada em 23 de dezembro de 2002, por meio da Lei no 10.611. A UFRA nasceu da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) que, por sua vez surgiu em 5 de dezembro de 1945 a partir da Escola de Agronomia da Amazônia, instituída por meio do Decreto Lei no 8.290/1945.

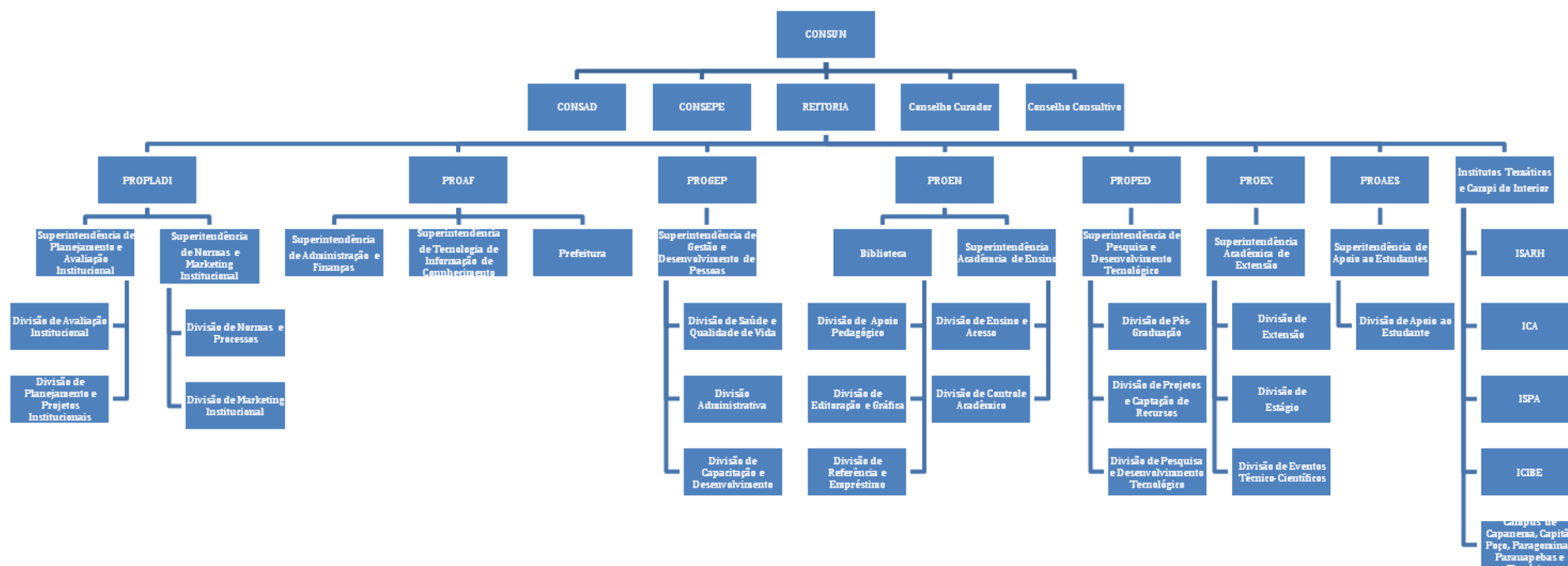
Com relação a normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas, a Universidade conta com suas competências e estrutura organizacional definidas no seu Estatuto, publicado através da Portaria nº 3.423 de 18 de Novembro de 2003.

1.3 Ambiente de Atuação

Uma análise detalhada sobre o ambiente de atuação da UFRA configurado pelos ambientes interno e externo pode ser obtida no documento final do Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (2014-2024) disponível na página:

http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS_PROPLADI_PLAIN_UFRA_FINAL_14AGO2015.pdf

1.4 Organograma Funcional da UFRA



Quadro - Informações sobre área ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI)	Responsável pelo planejamento e estratégias de desenvolvimento institucional	Antônio Cordeiro de Santana	Pró-Reitor	Até 09/08/2017
		Silvana Rossy de Brito	Pró-Reitora	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.310)
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Responsável pela formulação e implementação da política de recursos humanos.	Maria Ronsângila Xavier Serique	Pró-Reitora	Até 09/08/2017
		Saulo Luis Pereira Wanzeler	Pró-Reitor	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.320)
Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF)	Responsável pela formulação e implementação pela política patrimonial e de controle orçamentário.	Simone Andréa Lima do Nascimento Baía	Pró-Reitora	Até 09/08/2017
		Marcelo Robson Vilela	Pró-Reitor	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.322)
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES)	Responsável pela execução de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, permanência e conclusão de curso de discentes de graduação.	Iris Lettiere do Socorro Santos da Silva	Pró-Reitora	Prosseguiu como Pró-reitora desde 09/09/2016 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.322)
Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)	Responsável pela formulação e implementação das políticas de ensino de graduação e controle acadêmico.	Marcel do Nascimento Botelho	Pró-Reitor	Até 09/08/2017
		Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt	Pró-Reitora	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.318)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológicos e da pós-graduação.	Izildinha de Souza Miranda	Pró-Reitora	Até 09/08/2017
		Maria de Nazaré Martins Maciel	Pró-Reitora	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.316)
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de extensão universitária, visando a interação da Universidade com a sociedade.	Djacy Barbosa Ribeiro	Pró-Reitor	Até 09/08/2017
		Eduardo do Valle Lima	Pró-Reitor	A partir de 10/07/2017 (D.O.U. 153, de 10/08/2017, Port. 2.312)

Fonte: PROPLADI/UFRA

1.5 Macroprocessos Finalísticos

As políticas e diretrizes estratégicas referentes aos macroprocessos finalísticos da UFRA são definidas pelos Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-Reitorias. A execução é de responsabilidade dos Institutos e Campi, conforme o organograma apresentado no item “Organograma Funcional da UFRA”. Assim, a busca da excelência acadêmica da Universidade está na convergência das ações de políticas entre as diferentes unidades da Instituição. O PLAIN 2014-2024 define as políticas que fundamentam os macroprocessos finalísticos da UFRA.

• **Política de Ensino** A atividade de ensino da UFRA compreende a oferta de vagas nas modalidades da graduação em diversas áreas e pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado. O ensino de graduação dedica-se à formação de profissionais ajustados ao mercado de trabalho e às demandas da sociedade, primando pela qualidade das atividades que desenvolvem e estão conscientes de que devem contribuir para o aumento da produtividade dos sistemas de produção coletivos e privados e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estas ações de política são desenvolvidas pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN). A metodologia de ensino e aprendizagem da UFRA exercita a interdisciplinaridade por meio dos eixos temáticos que dão a conformidade e dinâmica pedagógica a todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação presenciais e a distância. Igualmente, incorpora os atributos de qualidades pessoais, ética profissional, economia e gestão de negócios, tecnologia da informação e conhecimento e práticas profissionalizantes. Além disso, a formação do profissional inclui conteúdo em todos os cursos para fornecer conhecimento aos estudantes sobre a realidade socioeconômica, ambiental, cultural e política no âmbito regional e nacional, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, pensamento solidário e justiça social. A UFRA avança ainda na contribuição para atender à demanda pelo ensino de graduação por meio do ensino à distância, que contribui para aumentar o número de vagas e tornar mais eficiente a ocupação dos espaços físicos e operar com racionalidade a distribuição da carga horária dos professores. Avança-se, também, na direção do estabelecimento de uma cultura midiática, inicialmente aplicada ao ensino e aprendizagem dos cursos de graduação em educação e informática oferecidos pela Universidade. Em termos de escala, a UFRA é uma universidade pequena que estabeleceu nova trajetória de expansão para contribuir de forma mais efetiva com as diretrizes e metas do PNE 2014-2024, por isto convive com diversos cursos em fase de implantação e ainda não reconhecidos. Todavia, os que foram avaliados pelo MEC, todos receberam o credenciamento pela qualidade apresentada. A qualidade do ensino será aferida com a implantação da política de avaliação sistemática dos cursos e do programa de capacitação continuada dos docentes, cujo perfil já reflete elevada qualificação, pois conta com 98% de mestres e doutores, sendo 55% doutores. Concomitantemente, a UFRA vai implantar a política de parceria e cooperação com as escolas do ensino médio e fundamental para a identificação de talentos, desenvolver a prática da iniciação científica e buscar a fidelização desses estudantes à UFRA e, por sua vez, contribuir para produzir um efeito demonstração dos melhores alunos da escola pública que estão enquadrados na política afirmativa de quotas estabelecida pelo MEC. A integração da UFRA ao programa Ciência sem Fronteiras é outro destaque da Universidade no aprofundamento da formação de profissionais com sólido conhecimento técnico e científico para atuar e contribuir de forma diferenciada na solução dos problemas econômicos, sociais e ambientais que

envolvem a geopolítica da Amazônia. Incentivo diferencial também deve alcançar os professores como elemento de estímulo para a fixação no interior, onde as condições dos serviços de saúde e educação de qualidade são precárias, assim como as deficiências em comunicação e transporte. Na pós-graduação, os novos cursos serão focados nas dinâmicas do conhecimento que estão dando os contornos da formação acadêmica e do desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo necessários aos profissionais que irão atuar nos sistemas produtivos rurais e empresariais da Amazônia.

• **Política de Pesquisa e Inovação** O cenário de reestruturação produtiva que envolve o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem na ciência, tecnologia e inovação um eixo estruturante do progresso material e de bem-estar social para o conjunto da população amazônica e brasileira. A UFRA está inserida neste cenário e com raízes fincadas nas ciências agrárias, ciências ambientais, ciências da informação, ciências humanas e engenharias, que configuram áreas de domínio fundamentais para o desenvolvimento local e sustentável na Amazônia. A UFRA tem sido uma das instituições protagonistas do desenvolvimento da Amazônia nas últimas seis décadas. Muitas das inovações tecnológicas em olericultura e fruticultura tropical, aproveitamento agrícola das várzeas e conhecimentos sobre os solos amazônicos e sobre a realidade socioeconômica e ambiental da região são devidas às iniciativas de professores e pesquisadores da Universidade e, atualmente, estão incorporadas os sistemas de produção e às políticas públicas de desenvolvimento regional. A estruturação de grupos de pesquisa, ancorados nos programas de formação em nível de pós-graduação, orienta-se para gerar resultados científicos e tecnológicos sobre os problemas da Amazônia e dispõe de apoio diferenciado para a publicação de artigos em periódicos internacionais. Essa dinâmica ajuda a difundir o conhecimento gerado na Universidade e a caminhar na direção de criar referência e domínio de espaço nas áreas identificadas como pontos fortes e oportunidades para a UFRA. Estas atividades são conduzidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED). Para a próxima década os desafios na área de pesquisa e inovação tecnológica são ainda maiores, tendo em vista a estratégia de consolidação como Universidade *Multicampi* e com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação para além das Ciências Agrárias, permeado por um contexto que deve privilegiar um novo padrão de desenvolvimento regional, assentado no conceito de desenvolvimento sustentável. Para fazer frente a esse desafio as estratégias são as seguintes:

- Formular e implementar programas, projetos e ações que contribuam para a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação da UFRA a partir da consolidação de redes e do fortalecimento dos grupos de pesquisa.
- Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento regional, valorizando biodiversidade da Amazônia e estimulando a inovação tecnológica e formação de recursos humanos para a inovação no âmbito empresarial.
- Implementar ações de redesenho de funções e processos na Incubadora da UFRA, visando adequar a sua estrutura em prol do fomento de empreendimentos solidários e sustentáveis.
- Implementar ações de redesenho de funções e processos no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), visando estabelecer uma política consistente de patentes e proteção de propriedade intelectual na UFRA.
- Ampliar a oferta de bolsas de iniciação científica no Campus sede e, prioritariamente, nos *Campi* do interior, além de estabelecer uma política de formação do bolsistas a

partir da oferta de cursos complementares em áreas estratégicas para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.

- Criar informativos para divulgação interna e externa e popularização dos resultados de pesquisa desenvolvidos na UFRA, como forma de dar publicidade à sociedade sobre às ações pesquisa, inovação e desenvolvimento.
- Ampliar a oferta de recursos para financiar a publicação científica, envolvendo a produção de livros, capítulos de livros, coletâneas e traduções de artigos científicos, visando a publicação em periódicos internacionais de impacto.
- Criar instrumentos de avaliação de desempenho da pesquisa e dos grupos de pesquisa, visando gerar indicadores para a administração superior.
- Elaborar e dar publicidade aos critérios adotados na concessão de bolsas de iniciação científica, pós-graduação e de produtividade em pesquisa, garantindo a comunidade acadêmica e sociedade em geral o pleno conhecimento quanto a aplicação desses recursos.

• Política de Extensão

O Plano Nacional de Extensão (PNExt) 2011-2020 pauta-se na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, respaldada a autonomia universitária.

Esta política é coordenada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX). A Extensão Universitária na UFRA é considerada como a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e é responsável por fazer a integração entre a universidade e a sociedade. As atividades de extensão da UFRA estão sendo alinhadas com a missão da UFRA e com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão. Também está implantando o processo de avaliação, análise e reflexão das atividades que desenvolve.

As atividades da Pró-reitoria de Extensão priorizam as chamadas públicas e propostas direcionadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas da educação, saúde animal, produção de alimentos em assentamentos rurais da reforma agrária, orientação técnica e organização das comunidades rurais e urbanas com vistas ao desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda, empoderamento das mulheres no processo de decisão e melhoria das condições de vida.

Nesta gestão, esforço está sendo feito para alinhar suas ações às demandas da sociedade, de acordo com a necessidade de interação social por meio das atividades voltadas para as comunidades rurais e urbanas. Esforços estão sendo desenvolvidos para a formação de parcerias, através de convênios de cooperação técnicas com instituições regionais, nacionais e internacionais visando o desenvolvimento de projetos comuns e difusão dos resultados das atividades de extensão junto à sociedade.

A UFRA avança na integração social por meio de programas e projetos de extensão vinculados diretamente à organização social, ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas a partir da pesquisa-ação, além de contribuir para a solução de problemas comuns vivenciados pelos distintos atores sociais.

Até 2024 a UFRA contribuirá com o PNExt para que todos os discentes formados tenham registrados em seus currículos a participação em programas e/ou projetos de extensão. Assim estará influenciando diretamente a formação cultural das pessoas, a construção de capital social e o empoderamento das comunidades pobres no que concerne à busca das liberdades substantivas a que cada cidadão tem direito para uma vida digna com seus pares.

• **Política de Assuntos Estudantis**

A política de assuntos estudantis é desenvolvida na UFRA pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), cuja a missão é desenvolver ações institucionais para viabilizar o acesso, permanência e conclusão exitosa dos discentes dos cursos de graduação. O alcance desta missão está pautado no esforço de assegurar igualdade de oportunidades e oferecer a estrutura de apoio ao desempenho acadêmico, pessoal, social, emocional e profissional dos estudantes, de acordo com os princípios e diretrizes contidos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se traduz em condição necessária para viabilizar a política do MEC de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A política estudantil da UFRA está alinhada às diretrizes do PNAES no sentido de viabilizar a permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica matriculado, contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico para reduzir a retenção e evasão, por meio da assistência à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, creche e apoio pedagógico, bem como avaliar o desempenho do PNAES na Universidade. Dessa forma, a PROAES procura proporcionar não somente a diplomação do estudante em tempo regular com a formação profissional e aptidão para o mercado de trabalho, mas também contribuir para a formação cidadã, conjugando os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

• **Política de Recursos Humanos**

A política de recursos humanos visa melhorar a qualidade de vida dos servidores, oferecendo condições para o crescimento profissional e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade, mediante a criação de um ambiente orientado para promover a criatividade e a inovação dos talentos da UFRA. Esta política é conduzida pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). A política de formação, capacitação e avaliação de desempenho é o princípio fundamental da gestão de pessoas que, a partir de indicadores permite-se aferir a qualidade dos serviços prestados pelos servidores à sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A política de avaliação e reconhecimento das competências e valores dos servidores é o lema que resulta na criação de vantagens competitivas da UFRA. A gestão de pessoas está evoluindo rapidamente nesta direção, criando oportunidades para a capacitação e formação do corpo técnico da Universidade.

Assim, a Universidade está buscando a sinergia entre o desenvolvimento do corpo técnico da instituição, mediante a implementação da Gestão por Competência e o programa de treinamento e formação, oportunizados de acordo com as necessidades de desenvolvimento e habilidades dos servidores. Neste planejamento estratégico institucional, foram estabelecidos objetivos, metas e ações para tornar contínuo este processo de desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos e dos docentes que, juntos, fazem a UFRA caminhar de forma sustentável para alcançar sua missão.

• **Política de Cooperação Interinstitucional e Internacional**

As atividades de cooperação da UFRA com instituições regionais, nacionais e internacionais são desenvolvida por meio de uma assessoria vinculada diretamente à reitoria da Universidade. A sua atribuição, como definido em Regimento é a seguinte: “Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional tem a atribuição de articular-se com organismos do país e do exterior, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação mútua com a Universidade, com vistas ao desenvolvimento de projetos e parcerias no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.”

A UFRA ainda não definiu a forma e os instrumentos para levar a cabo essa política de cooperação. De início, sabe-se que essa política não tem funcionado ao longo dos anos cobertos pelo diagnóstico situacional da instituição. Os resultados é que essa relação foi enquadrada como ponto fraco na percepção dos grupos de interesse.

Não obstante este resultado, a UFRA está empenhada em mudar a situação, alinhando os esforços para neutralizar essa fraqueza e transformá-la em uma das fortalezas para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A assessoria de Cooperação Internacional está empenhada em inserir a UFRA com parceira de instituições regionais, nacionais e internacionais por meio de convênio de cooperação para desenvolverem projetos de interesses comuns abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

• Política de Gestão

A política de gestão da UFRA, como regra nas Instituições de Ensino Superior (IES), segue o princípio do modelo de administração pública gerencial, que se vincula ao desenvolvimento tecnológico, abertura e expansão dos mercados e a dinâmica de globalização da economia. Assim, busca-se a identificação das demandas dos clientes, como fator indutor da melhoria da qualidade da formação acadêmica da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e dos serviços de extensão, bem como a eficiência e eficácia dos processos e atividades, mediante redução de tempo, melhoria da qualidade e flexibilidade das ações com vistas a obter ganhos de competitividade.

Esta política é conduzida pelas Pró-reitorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e de Administração e Finanças (PROAF), em plena interação com as demais pró-reitorias, unidades de gestão da UFRA e os grupos de interesse.

Neste contexto, a gestão segue o processo de racionalidade administrativa ao incluir as funções de planejamento e orçamento e adotar os princípios gerais de desagregação dos serviços em centros de custo e das ações envolvendo coordenação e controle, competência e tecnologia de informação para apoiar o processo da tomada de decisão. Portanto, a gestão da UFRA está orientada para a obtenção de resultados, com indicadores de desempenho de todas as ações, de modo a demarcar sua trajetória de expansão multicampi pela eficiência no desempenho de suas atividades.

Com efeito, a UFRA avança na aplicação do modelo de governança horizontal da gestão pública, com vistas a aumentar a efetividade das contribuições e controles por parte dos grupos de interesse e representações institucionais, de modo a democratizar a gestão via compartilhamento de ideias a partir da integração entre os atores públicos e privados no processo de elaboração das políticas institucionais.

A gestão superior da UFRA administra suas unidades de acordo com os planos institucionais e com o apoio da comunidade representada em seus colegiados. A gestão dos recursos prioriza as atividades planejadas pelos institutos e *campi* em busca de resultados. Há empenho para modernizar a gestão por meio da utilização geral da tecnologia da informação e conhecimento, de modo a atender, de forma diferenciada e com qualidade, as pessoas.

A gestão da UFRA está em processo de evolução para alcançar plena democratização do desenvolvimento de suas atividades, ampliando a transparência, a interação participativa dos grupos de interesse e a racionalização da burocracia, com respeito ao meio ambiente, eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos e na condução das políticas internas que orientam o desenvolvimento sustentável da instituição.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (PLAIN) foi elaborado e aprovado no ano de 2014 para o período 2014-2024 (PLAIN). Resultado de ação conjunta de todos os grupos de interesse da instituição, o PLAIN apresenta objetivos e estabelece metas e ações estratégicas com vistas a alcançar a missão institucional ao mesmo tempo em que são preservados os valores da UFRA.

Os passos metodológicos adotados no PLAIN 2014-2024 da UFRA foram os seguintes:

- a) Realizar um Ciclo de Oficinas para Orientar o Planejamento Estratégico Institucional – CICLOPI, em que convidados externos apresentam palestras sobre temas vinculados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, cujas ideias subsidiaram a elaboração dos questionários que foram aplicados aos grupos de interesse;
- b) Elaborar e aplicar questionários para obter informações sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, na percepção dos grupos de interesse (alunos, professores, egressos, empregadores e instituições correlatas), e outras questões envolvendo cenários de desenvolvimento e políticas da educação;
- c) Aplicar a Análise Fatorial Exploratória para identificar as dimensões definidoras dos cenários, a partir da combinação das forças: i) fortalezas e oportunidades; ii) fortalezas e ameaças; iii) fraquezas e oportunidades; iv) fraquezas e ameaças;
- d) Eleger o cenário dinâmico para o desenvolvimento institucional, elaborar os objetivos, metas, ações e os critérios de avaliação de desempenho;
- e) Apresentar todos os resultados aos grupos de interesse por meio de seminários e das redes de comunicação, de forma a compartilhar a construção do PLAIN.

Os detalhes metodológicos sobre a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024 na UFRA podem ser acessados na página da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI): <http://www.propladi.ufra.edu.br/>

As ações e objetivos do exercício 2017 constam na seção Planejamento de cursos, recursos humanos e infraestrutura física dos campi da UFRA *multicampi* e podem ser visualizados no documento final do PLAIN 2014-2024, páginas de 77 a 93.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O PLAIN 2014-2024 da UFRA está com algumas de suas ações em andamento. O curso de graduação em Administração foi implantado em Paragominas no exercício de 2017 e já está em funcionamento. A ouvidoria conta com um espaço próprio e está em pleno funcionamento, a Comissão Própria de Avaliação foi renovada e atuará até 2018. O quadro de servidores foi ampliado em decorrência de concurso. E a capacitação destes servidores tornou-se constante através do Programa de Capacitação e Desenvolvimento que é anualmente oferecido pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento, ferramenta esta que colabora cada vez mais com o desenvolvimento institucional.

Apesar das limitações orçamentárias e conseqüentemente a inviabilização da execução de todas as metas planejadas, há avanços. No entanto, a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional está trabalhando para adequar o PLAIN 2014-2024 para fazer frente ao novo cenário da Instituição.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O PLAIN 2014-2024 da UFRA atende às diretrizes do Plano Nacional de Educação 2014-2024 do Ministério da Educação, contemplando demandas, criando cursos e ofertando vagas em áreas com real potencial para a inserção dos profissionais formados no mercado e assim contribuir endogenamente para o desenvolvimento local e sustentável da Amazônia e do Brasil.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultado dos Planos

Atualmente, o monitoramento da execução das ações em andamento na UFRA é efetuado apenas por meio de sistemas informatizados do Governo Federal como o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Apesar da importância destes instrumentos eles não permitem a integração plena entre os níveis estratégico, tático e operacional dentro da Universidade, principalmente, em função dos institutos e *campi* do interior não terem, até o momento, elaborado seus planos de ação individualizados e alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		10.26253.12.364.2080.20GK.0015			Tipo: Atividade	
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa		0390				
Objetivo		0803				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Unidade Orçamentária		26253				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.105,00	30.105,00	15.335,00	0,00	0,00	0,00	15.335,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Programada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
262.229,20	3.399,98	21.255,57	Iniciativa apoiada		Unidade	1

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro - Ações Relacionadas ao Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFBS						
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		10.26253.12.364.2080.20RK.0015			Tipo: Atividade	
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD				
Objetivo		0841				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Unidade Orçamentária		26253				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.168.078,00	28.168.078,00	28.050.565,21	27.226.871,28	26.978.980,96	247.890,32	823.693,93
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Programada	Realizada
Estudante matriculado			Unidade	7400	-	7152
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.292.273,30	1.522.449,19	102.771,04	Estudante matriculado		Unidade	7152

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	10.26253.12.364.2080.4002.0015					Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	03GD					
Objetivo	0841		Código:			
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.313.839,00	4.313.839,00	4.218.253,90	2.580.494,35	2.553.020,27	27.474,08	1.637.759,55
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Programada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade	4890	-	2934	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.265.008,01	592.495,59	151.714,08	Benefício concedido	Unidade	2934	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro - Ações Realizadas no Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC - OFBS						
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		10.26253.12.364.2080.8282.0015			Tipo: Atividade	
Título		Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD				
Objetivo		0841			Código:	
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Unidade Orçamentária		26253				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.183.459,00	4.183.459,00	3.882.501,34	1.619.138,22	1.402.338,74	216.799,48	2.263.363,12
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Programada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	6	-	6
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
13.621.171,87	6.375.752,16	378.128,66	Projeto viabilizado		Unidade	6

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro - Ações relacionadas ao Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		10.26253.12.128.2109.4572.0015			Tipo: Atividade	
Título		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26253				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
372.800,00	372.800,00	332.761,57	297.133,70	289.233,70	7.900,00	35.627,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Programada	Realizada
Servidor capacitado			Unidade	500	-	602
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
31.058,45	12.432,15	0,00	Servidor capacitado		Unidade	602

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	10.26253.12.364.1073.11N0.0015			Tipo: Atividade	
Título	Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa					
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.				Código:
Programa	Brasil Universitário		Código: 1073	Tipo:	
	Finalístico				
Unidade Orçamentária	26253				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6.609,99	-	-	Projeto Viabilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	10.26253. 12.301.0750.20CW.0001			Tipo: Atividade	
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Apoio Administrativo Finalístico		Código: 0750		Tipo:
Unidade Orçamentária	26253				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.180.00	-	5.180.00	Projeto Viabilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	10.26253.12.364.1073.4008.0015			Tipo: Atividade	
Título	Acervo Bibliográfico destinado as Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa					
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.				Código:
Programa	Brasil Universitário Finalístico		Código: 1073		Tipo:
Unidade Orçamentária	26253				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
55.435,72	-	48.909,30	Projeto Viabilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	10.26253.12.364.1073.4009.0015			Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento de Cursos de Graduação				
Iniciativa					
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.				Código:
Programa	Brasil Universitário Finalístico			Código: 1073	Tipo:
Unidade Orçamentária	26253				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
7.669.83	-	7.069.83	Projeto Viabilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

Quadro – Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Ações não previstas na LRF do Exercício Restos a Pagar - CPBS					
Identificação da Ação					
Código		10.26253.12.364.1375.8667.0015		Tipo: Atividade	
Título		Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados			
Iniciativa					
Objetivo		Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas a produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Código:			
Programa		Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica Código: 1375 Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária		26253			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.298,41	-	2.000,35	Projeto Viabilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído: 23/02/2018

2.3.2 Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário

Mesmo antes do agravamento da situação política e financeira do país, a UFRA já vivia em situação de escassez de recursos para atendimento de suas necessidades gerais de manutenção em razão da expansão de suas atividades, quer no *campus* Sede, como nos *campi* do interior do estado e demais unidades fora da Sede.

Como já repassado neste documento, um dos fatores que dificultou a execução orçamentária, diz respeito à dinâmica utilizada pelo Governo Federal para liberação do limite orçamentário o qual inicialmente, no exercício financeiro de 2017, se deu na proporção 1/18 avos. Todavia, as referidas parcelas não foram proporcionais aos compromissos já contratualizados pela Instituição, com vencimentos mensais. Tal anomalia quanto ao repasse, obrigou a IFES a eleger a liquidação proporcional de contratos de natureza contínua, objetivando mitigar o impacto nos serviços Institucionais, para não gerar solução de continuidade dos mesmos.

Por outro lado, a Universidade buscou fomento orçamentário e financeiro às suas ações junto a CAPES, SESu, FUNASA, FINEP, FAPESPA, FUNPEA, Ministério da Integração - MI, proporcionando a otimização de seu orçamento, posto que os recursos oriundos do Tesouro Nacional, não são suficientes para a manutenção da UFRA.

2.3.3 Despesas por Grupo e Elementos de Despesa

Quadro – Despesas por grupo e elementos de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
3190.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	88.331.420,62	107.137.988,73	88.331.420,62	107.137.988,73	-	-	88.331.420,62	107.137.988,73
3190.01 - Aposentadoria, reserva remunerada e reformas	20.871.824,39	25.766.141,97	20.871.824,39	25.766.141,97	-	-	20.871.824,39	25.766.141,97
Demais elementos do grupo	27.653.888,87	33.235.269,15	27.653.888,87	33.235.269,15	-	-	27.653.888,87	33.235.269,15
3. Outras Despesas Correntes								
3390.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	3.373.361,54	-	3.253.538,04	-	119.823,50	-	3.251.688,04	-
3390.30 - Material de Consumo	-	-	-	-	790.125,81	-	-	-
3390.37 - Locação de mão-de-obra	15.361.930,88	13.196.040,12	14.862.251,43	13.164.929,12	499.679,45	31.111,00	14.862.251,43	12.450.551,01
3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica	11.439.524,82	17.413.098,64	7.614.120,11	15.174.092,03	3.825.404,71	2.239.006,61	7.255.293,87	14.684.046,47
3390.46 - Auxílio alimentação	4.472.287,73	-	4.472.287,73	-	-	-	4.472.287,73	-
3390.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	3.786.166,89	-	3.780.357,73	-	5.809,16	-	3.712.417,08
Demais elementos do grupo	11.549.677,05	13.331.366,52	10.614.179,88	11.363.706,59	145.361,36	1.967.659,93	10.356.006,55	11.316.579,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
4490.51 - Obras e instalações	-	-	-	-	462.967,78	-	-	-
4490.52 - Equipamentos e material permanente	4.646.172,98	3.414.956,34	652.597,16	1.634.938,22	3.993.575,82	1.780.018,12	619.747,16	1.410.238,74
Demais elementos do grupo	686.264,83	143.010,07	223.297,05	143.010,07	-	-	223.297,05	143.010,07

Fonte: Tesouro Gerencial – Extraído em 19/03/2018

Observa-se no quadro em questão que o grupo de despesa com maior montante empenhado em 2017 é o de Pessoal, representando 76,41% do total de R\$ 217.424.038,43 (Duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trinta e oito reais e quarenta e três centavos) seguido de Outras Despesas Correntes, com 21,95%, e, por fim, Investimentos, com 1,64%.

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica é o elemento de despesa com maior montante empenhado dentro do grupo de despesas correntes. O aumento de 52,22% em relação a 2016 se deu em razão do recebimento créditos por descentralização externa num montante aproximado de R\$ 8.500.000,00 (Oito milhões e meio de reais), oriundos da FUNASA e do Ministério da Integração-MI. Se desconsiderarmos os créditos recebidos por descentralização nos exercícios de 2016 e 2017, podemos evidenciar que não houve aumento significativo na natureza de despesa 3390.39 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica).

O elemento de despesa Locação de mão-de-obra é o segundo item com maior montante empenhado no que tange o grupo de despesas correntes. Este item compõe os gastos com serviços de limpeza e conservação, apoio administrativo, serviços auxiliares e sobretudo, vigilância armada.

No grupo de despesa investimentos, o elemento de despesa com maior montante empenhado é o que se refere a despesas com aquisição de equipamentos e material permanente, com um montante de R\$ 3.414.956,34 (Três milhões, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Quando comparamos os dois exercícios, evidenciamos uma queda de 26,50%. A alocação dos recursos, basicamente, foi direcionada para o item equipamentos e material permanente com o intuito de dar continuidade na estruturação as unidades construídas, tendo em vista a consolidação das obras planejadas no campus sede e demais campi no interior do Estado.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
2013	148.680,89	148.680,89	0,00	0,00	
2014	115.035,81	115.035,81	0,00	0,00	
2015	1.776.738,31	1.776.738,31	0,00	0,00	
2016	651.699,57	650.209,57	0,00	1.490,00	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2010	30.493,32	0,00	0,00	21.051,94	9.441,38
2011	67.057,00	0,00	0,00	54.382,11	12.674,89
2012	539.337,84	0,00	0,00	36.560,52	502.777,32
2013	6.607.955,47	870.281,02	870.281,02	458.339,61	5.279.334,84
2014	2.503.008,68	1.301.553,54	1.301.553,54	14.476,94	1.186.978,20
2015	3.710.676,58	1.796.844,10	1.796.844,10	162.250,66	1.751.581,82
2016	9.836.938,43	7.227.356,80	7.008.510,03	1.084,00	2.827.344,40

Fonte: Tesouro Gerencial – Extraído em 19/03/2018

O quadro em tela contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2017. Os dados estão divididos em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados e Restos a Pagar não Processados.

Em 01/01/2017, a Instituição possuía R\$ 2.692.154,58 (Dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) inscritos em RP Processados, já em 31/12/2017, o saldo a pagar era de R\$ 1.490,00 (Um mil, quatrocentos e noventa reais). No dia 01/01/2017, R\$ 23.295.467,32 (Vinte e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) estavam inscritos em RP não Processados. Desse total, houve o pagamento de R\$ 10.977.188,69 (Dez milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos), e R\$ 748.145,78

(Setecentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) foram cancelados, o que representam juntos (pagos e cancelados) aproximadamente 50% do montante inscrito, demonstrando a atuação da Instituição quanto à política de redução dos saldos de restos a pagar.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	2		1	6.428382,90	2.668.907,92	4.577.758,66
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada		1	2		1.123.732,00	799.945,00
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Ministério da Integração Nacional					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1			2.186.011,07		
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	4	1		1.004.700,00	184.800,00	538.200,00
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada						
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	1			51.453,10		
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada						
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Secretaria de Educação Superior – SESU/CGRS/MEC					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1	1	1	2.095.062,52	2.121.069,38	1.962.605,33
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/PROAP					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1	1	1	199.203,95	149.124,10	399.080,00
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/PARFOR					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1	1	1	459.996,00	824.994,00	590.626,62
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes RECEBIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Secretaria de Educação Superior - SESU					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1	1	1	1.044.127,44	90.827,40	150.000,00
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

Quadro - Montantes TRANSFERIDOS pela UFRA

Unidade concedente ou contratante						
Nome	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	1					
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada						
Termo de compromisso						

Fonte: Superintendência de Contratos e Convênios/PROAF/UFRA

OBS: O TED 01/2017 firmado entre a UFRA e a UFRN terá desembolso apenas a partir de 2018

2.3.6 Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise de Prestação de Contas

Na estrutura organizacional desta Universidade não foi instituída uma unidade específica para análise de prestações de contas. Todavia, esta PROAF já solicitou junto ao Magnífico Reitor gestões em vista da institucionalização do referido setor, conforme Processo nº 23084.003996/2017-84. Atualmente, as análises, quando demandadas a esta Pró-reitoria, são analisadas através da Superintendência Administrativa Financeira. Importante ressaltar que de acordo com as manifestações contidas no supracitado processo, há necessidade de que a matéria seja submetida ao Conselho Superior pertinente. Por outro lado, é necessário ainda, lotar pessoal habilitado para o desenvolvimento do serviço e, por tal razão, o pleito foi submetido à PROGEP, a fim de que seja viabilizado pessoal por meio do recente Concurso Público realizado por esta IFES para provimento de cargos efetivos.

2.3.7. Informações sobre a Realização das Receitas

Quadro – Informações sobre Realização das Receitas

						2017				2016			
Unidade Orçamentária	Fonte Recursos	Natureza da Receita				Previsão Atualizada da Receita	Receita Orçamentária (Bruta)	Deduções da Receita	Receita Orçamentária (Líquida)	Previsão Atualizada da Receita	Receita Orçamentária (Bruta)	Deduções da Receita	Receita Orçamentária (Líquida)
						Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$
26253	U F R A	50	Recursos Não Financieros Diretam. Arrecadados	13100 111	Aluguéis e Arredamentos -Principal	927.960,00	401.760,00	-	401.760,00	864.876,00	638.520,00	-	638.520,00
				14000 011	Receita Agropecuária -Principal	-	21.000,00	-	21.000,00	31.584,00	-	-	-
				16100 111	Serv. Administrat. e Comerciais Gerais -Princ.	5.376.168,00	2.143.067,08	-	2.143.067,08	3.279.996,00	2.890.372,40	(1.355.374,98)	1.534.997,42
				16100 211	Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos - Principal	633.492,00	700.475,00	(900,00)	699.575,00	692.592,00	296.966,00	(900,00)	296.066,00
				16300 111	Serviços de Atendimento a Saúde - Principal	3.341.592,00	982.210,00	(749.400,00)	232.810,00	104.208,00	2.156,64	-	2.156,64
				19110 0911	Multas e Juros Previstos em Contratos - Princ.	312.792,00	109.962,73	-	109.962,73	612.408,00	471.838,68	-	471.838,68
				19909 911	Outras Receitas – Primárias - Principal	-	45,90	-	45,90	-	1.543.665,50	(100.556,45)	1.443.109,05
	80	Recursos Financieros Diretam. Arrecadados	13210 011	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		-	487.755,16	-	487.775,16	-	536.938,42	-	536.938,42

Fonte: Tesouro Gerencial – Extraído em 11/05/2018

A coluna "Natureza da Receita" mostra todos os tipos de arrecadação que nossa UG recebe na fonte de recursos próprios (0250262530 e 0281262530). A planilha também expõe a previsão de arrecadação em obediência à LOA, além da receita bruta e da receita líquida apurada nos dois últimos anos. A grande maioria do orçamento da Universidade é oriunda do Tesouro Nacional, no entanto nossas receitas próprias acima explicitadas também têm sua importância, dentre elas merecem destaque no exercício de 2017 as referentes aos serviços administrativos e comerciais gerais, bem como as inscrições em concursos e processos seletivos; na primeira convém ressaltar o grande volume concernente aos acordos com a FAPESPA relativos ao fomento à iniciação científica e aos programas de mestrado e doutorado, enquanto a outra reflete os valores recebidos nas inscrições de concursos públicos organizados pela UFRA para compor o quadro de servidores da universidade, além dos processos seletivos promovidos por nossa pós-graduação. Também merecem destaques os valores dos serviços de atendimento à saúde, principalmente devido arrecadação de nosso hospital veterinário.

2.3.8. Informações sobre a Realização de Despesas

Quadro – Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.669.708,50	11,83	21.230.138,94	12,24	19.675.260,62	9,79	14.434.268,87	8,85
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	67.940,65	0,28	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	24.536.940,39	99,46	20.639.960,61	97,22	19.610.433,16	99,67	14.307.060,32	99,12
e) Concurso	0,00	0,00	10.000,00	0,05	0,00	0,00	10.000,00	0,07
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime diferenciado de contratações públicas	64.827,46	0,26	580.176,33	2,73	64.827,46	0,33	117.208,55	0,81
2. Contratações diretas (h+i)	16.464.176,05	7,90	14.283.800,17	8,24	13.999.602,29	6,96	10.793.612,40	6,62
h) Dispensa	15.775.327,35	95,82	13.476.276,70	94,35	13.362.529,88	95,45	10.249.843,81	94,96
i) Inexigibilidade	688.848,70	4,18	807.523,47	5,65	637.072,41	4,55	543.768,59	5,04
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	167.347.070,10	80,27	137.895.372,08	79,52	167.347.070,10	83,25	137.895.372,08	84,53
k) Pagamento em Folha	166.139.399,85	99,28	136.857.133,88	99,25	166.139.399,85	99,28	136.857.133,88	99,25
l) Diárias	1.207.670,25	0,72	1.038.238,20	0,75	1.207.670,25	0,72	1.038.238,20	0,75
5. Total das despesas acima (1+2+3+4)	208.480.954,65	100,00	173.409.311,19	100,00	201.021.933,01	100,00	163.123.253,35	100,00
6. Total das despesas da UPC	208.480.954,65	100,00	173.409.311,19	100,00	201.021.933,01	100,00	163.123.253,35	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial – Extraído em 19/03/2018

Observa-se no quadro em questão que entre as modalidades de contratação realizadas, a que possui maior montante é o item *Pagamento de Pessoal* com uma representatividade de 80,27% em relação ao montante da despesa executada em 2017, o que corresponde a um valor de R\$ 167.347.070,10 (Cento e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setenta reais e dez centavos). Se compararmos com o exercício anterior, constataremos um aumento aproximado de 21% no aporte de recursos para esse grupo de despesa. Isso ocorreu em razão do ingresso de novos servidores bem como do aumento dos vencimentos em decorrência de acordos com o Governo Federal. Já no item Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, vivenciamos uma queda significativa

de 82,83% em relação a 2016, fato ocorrido em decorrência da consolidação dos Campi que através dessa modalidade de licitação foram construídas parte de suas estruturas e também tal queda ilustra o cenário econômico de dificuldades enfrentadas pelo país nos últimos anos.

2.4 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 175.772.784,55	R\$ 154.168.474,04	R\$ 144.503.357,18	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 175.772.784,55	R\$ 154.168.474,04	R\$ 144.503.357,18	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44
Número de Professores Equivalentes	492,00	402,00	332,00	342,00	254,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	867,00	734,00	727,00	748,50	713,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	867,00	734,00	727,00	748,50	713,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	6.007,50	5.499,50	4.912,50	4.168,50	3.423,50
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e doutorado (APG)	287,5	339,50	305,50	229,00	332,00
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	7.720,72	7.994,87	7.548,30	7.377,88	7.125,81
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	3.772,93	3.365,52	3.358,67	3.140,80	2.720,24
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	575,00	679,00	611,00	458,00	664,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMEC

O investimento cada vez maior nos campi do interior, a nomeação de novos servidores técnicos e docentes no ano de 2017, refletiram claramente no aumento do custo-corrente da universidade. Se compararmos, desde 2013, de um ano para o outro, a maior diferença foi entre os anos de 2016 para 2017 (R\$ 21.604.310,46), devido a necessidade de maior investimento (infra-estrutura, diárias e outros), pelos fatos já citados acima. Esse fato também reflete no expressivo aumento nos indicadores funcionário equivalente e professor equivalente.

Em relação ao ensino, observamos um aumento significativo no decorrer de cinco anos no indicador de alunos regularmente matriculados na graduação. Foi um aumento de mais de 75% de 2013 até 2017. Já no indicador de alunos na pós-graduação, o decréscimo no indicador é reflexo do contingenciamento dos recursos impostos pelo Governo Federal mediante à crise econômica nacional, o que implicou na falta de recursos para bolsas e investimentos dentro da pós.

Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 21.188,38	R\$ 17.773,89	R\$ 17.710,27	R\$ 16.589,31	R\$ 14.824,15
Custo Corrente sem HU / Sem Aluno Equivalente	R\$ 21.188,38	R\$ 17.773,89	R\$ 17.710,27	R\$ 16.589,31	R\$ 14.824,15
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	7,67	10,06	11,96	10,52	13,32
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,35	5,51	5,46	4,81	4,75
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,35	5,51	5,46	4,81	4,75
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,76	1,83	2,19	2,19	2,81
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,76	1,83	2,19	2,19	2,81
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,53	0,61	0,68	0,75	0,79
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,05	0,06	0,06	0,05	0,09
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,20	3,50	3,50	3,56	3,44
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,13	4,16	4,17	4,05	4,15
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	57,02	51,33	47,23	45,31	29,73

Fonte: SIMEC

Ao analisarmos o quadro que retrata os resultados dos Indicadores da Decisão TCU, de forma geral, evidenciamos o processo de expansão da Instituição, com a criação de novos *campi* no interior do estado. Nota-se claramente o aumento no custo de aluno de graduação para Instituição, passando de R\$ 14.824,15 no ano de 2013 para R\$ 21.188,38 em 2017, o que significa um aumento de aproximadamente 42%.

Em relação ao indicador taxa de sucesso na graduação (TSG), houve um aumento significativo entre os anos de 2013 e 2017 em razão do número de diplomados ter aumentado, demonstrando que é cada vez menor a evasão escolar da Instituição.

Em relação ao conceito CAPES/MEC para a pós-graduação e o indicador de qualificação do corpo docente, nota-se uma estabilidade em seus valores. Vale destacar que apesar das dificuldades enfrentada pela pós devido a falta de recursos, o conceito CAPES permanece o mesmo.

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança é definida no estatuto da UFRA, sendo composta pela Assembleia Universitária, Conselho Universitário, Conselho Consultivo, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Administração, Conselho Curador e Reitoria.

A Assembleia Universitária reúne todos os segmentos da comunidade regularmente estabelecidos, para análise anual das atividades desenvolvidas pela instituição, tomar conhecimento dos planos para o exercício seguinte, participar dos atos de colação de grau dos cursos mantidos pela Universidade e entregar títulos e dignidades acadêmicas.

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da universidade. A sua composição e atribuições são definidas no Estatuto da UFRA. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, a requerimento da maioria de seus membros titulares ou quando requerido por, pelo menos, dois segmentos da comunidade universitária.

O Conselho Consultivo é o órgão superior de interação entre a UFRA e a comunidade externa. É responsável pela discussão das políticas, objetivos e metas estratégicas da Instituição e propor medidas relativas à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com os órgãos do setor rural da região, bem como outros segmentos da sociedade. É composto pelo Reitor, secretários executivos e representantes das organizações civis vinculadas à missão da Universidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo e consultivo na área didática e científica. Ao CONSEPE compete julgar recursos de decisão da Reitoria, dos Institutos e das Coordenadorias de Curso em matéria didática e científica; estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação; baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados nos processos seletivos, bem como sobre os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade; aprovar a criação, transformação e supressão de cursos e modificação de currículo; dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão; propor a concessão de diploma de Doutor e Professor "*Honoris Causa*", e "Professor Emérito"; e aprovar o calendário acadêmico da UFRA.

O Conselho de Administração (CONSAD) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria de planejamento e gestão. As normas de funcionamento e as competências do CONSAD são estabelecidas em Regimento Interno elaborado por seus membros e aprovado pelo Conselho Universitário. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo seis vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com indicação dos motivos da reunião.

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização em assuntos econômico-financeiros da Universidade. Os membros do Conselho Curador não podem estar exercendo funções na administração da Universidade. As reuniões do Conselho Curador são presididas por um de seus membros, eleito entre estes, por maioria simples, para um mandato de dois anos, a exceção do representante do Ministério da Educação, não sendo permitida a recondução.

A Reitoria é o órgão executivo da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor em suas faltas e impedimentos, ambos eleitos e nomeados de acordo com o Art. 26 do estatuto da Universidade. O Reitor representa legalmente a UFRA em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais. Conta com uma estrutura

administrativa de suporte composta por Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Estratégicos, Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, Assessoria de Comunicação, Secretaria geral e dos Conselhos Superiores, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo e Auditoria Interna.

A Universidade possui também Comissão Própria de Avaliação (CPA). Com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, a CPA é uma exigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Possui como função principal acompanhar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da UFRA, tanto para subsidiar o Relatório de Gestão quanto para subsidiar as coordenadorias de cursos e as demais unidades técnico-administrativas no estabelecimento dos padrões acadêmicos e nos procedimentos para melhorar e garantir a qualidade da instituição.

Em 2015, através da Portaria nº 379, de 23 de fevereiro de 2015, uma nova comissão foi designada para executarem as atividades pertinentes às avaliações institucionais da Universidade. A nova Comissão Própria de Avaliação atuará até o ano de 2018.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A AUDIN apresenta informações que se destacaram relevantes no exercício de 2017, demonstrando: a) normas que regulam a atuação da unidade de auditoria interna governamental; b) elementos que caracterizam a sua independência e objetividade; c) estratégia de atuação da unidade de auditoria interna em relação à unidade central; d) estrutura administrativa e operacional da auditoria interna; e) forma de comunicação à alta gerência das recomendações emitidas pela auditoria interna; f) sistemática de comunicação à alta gerência e ao Conselho Universitário sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta administração; e g) as adequações promovidas na estrutura da organização e os ganhos operacionais decorrentes.

A Auditoria Interna tem buscado e concretizado medidas almejando maior integração da sua atuação às rotinas afeitas a gestão institucional, por um lado subsidiado pelo Plano Anual de auditoria Interna (PAINT), cujo conteúdo viabiliza essa integração, por outro mediante iniciativas de execução de ações de controles não previstas no PAINT e que necessitam da atuação da AUDIN. Essas medidas refletem o engajamento da AUDIN com o dia-a-dia da entidade.

Quanto às normas que regulam a unidade de auditoria, informa-se que a atuação da AUDIN é regulamentada pela relação de normas descritas a seguir que estão disponibilizadas para consulta nos respectivos endereços na rede mundial de computadores:

Decreto Federal nº 3.591 de 06 de setembro de 2000: art. 14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm

Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – Anexo da Instrução Normativa/CGU Nº 03 de 09 de junho de 2017, disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-3_2017-alterada.pdf

Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal aprovado pela Instrução Normativa/CGU Nº 08 de 06 de

dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>

Portaria/CGU Nº 2.737 de 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/12/2017&jornal=515&pagina=245&totalArquivos=416>

Regimento Geral da UFRA: art. 38, inciso VIII. Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/images/pdf/regimento-geral-ufra1.pdf>

Resolução do Conselho Universitário nº 162/ COSUN, de 19 de setembro de 2016. Disponível em:

https://novo.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSUN/2016/resoluo-n-162-de-19-de-setembro-de-2016.pdf

No que tange aos elementos que caracterizam independência e objetividade, informa-se que a AUDIN desenvolve atividades independentes que objetiva a avaliação e a consultoria à alta gerência e demais unidades administrativas e acadêmicas da UFRA. Ela foi desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da Universidade. Nessa linha de atuação, a AI busca auxiliar as diversas unidades da IFES a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A independência e objetividade da AUDIN são elementos garantidos e preservados, previstos nos normativos do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Governo Federal (SCI) e nos normativos internos da universidade, em especial o Regimento Interno da AUDIN. Estes normativos estabelecem o grau de independência funcional e organizacional necessários para que a unidade de auditoria interna possa desempenhar suas tarefas de forma objetiva e efetiva, estando protegida de interesses particulares e subjetivos.

Neste contexto, e em observância aos os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000, a AUDIN/UFRA está vinculada ao órgão máximo deliberativo da instituição, o Conselho Universitário (CONSUN), conforme observado no Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna Governamental da UFRA, em seu art. 1º: “A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), instituída pelo Regimento Geral da Universidade Federal Rural da Amazônia, é o órgão técnico de controle interno, vinculado ao Conselho Universitário da UFRA (CONSUN), em conformidade com o artigo 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 25 de outubro de 2002”¹.

Assim, conforme previsto em regimento interno, a unidade de auditoria interna vincula-se administrativamente ao Conselho Universitário preservando sua independência e imparcialidade para atuação perante a Universidade.

Esta condição permite acesso e reporte irrestrito a alta gerência e ao órgão máximo deliberativo da Universidade (CONSUN).

Com a vinculação ao CONSUN, assuntos relacionados a unidade de auditoria interna como: a) aprovação de regimento e normas internas que regulam a sua atuação; b) aprovação do plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) baseado em riscos; c)

¹ Art. 1º do Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna Governamental da UFRA, aprovado pela Resolução nº 162 de 19 de setembro de 2016, disponível em: <http://audin.ufra.edu.br/images/Regimento-Interno.pdf>.

aprovação de propostas de exoneração e nomeação do Chefe da auditoria interna antes da proposta ser encaminhada à Controladoria Geral da União, conforme previsto na Portaria nº 2.737/CGU, de 20 de dezembro de 2017 e; d) Regimento Interno da AUDIN – são deliberados por aquele órgão.

As comunicações sobre os trabalhos da AUDIN, como execução e desempenho das ações previstas no PAINT são reportadas alta gerência da Universidade e ao CONSUN.

Agora, com relação a estratégia de atuação em relação à unidade central, informa-se que a AUDIN, localizada no campus Belém, atua como unidade central no âmbito da UFRA e não possui unidades descentralizada.

Quanto a estruturação da AI, a escolha do seu titular e o posicionamento na estrutura da UPC, importa ressaltar que a AUDIN é a unidade operacional responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle no âmbito da Universidade, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU), em consonância com as normas vigentes.

A AUDIN atua como unidade de auditoria interna singular ao SCI – nos termos da nota 26 do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Governo Federal, anexo da Instrução Normativa nº 03/CGU/2017. Ou seja, a AI atua como órgão auxiliar ao SCI. Desse modo, as orientações normativas e a supervisão técnica são emanadas do órgão central do sistema. Ressalta-se que a edição dessas normas e orientações técnicas tem como objetivo harmonizar a atividade de auditoria interna governamental, promover a qualidade dos trabalhos e integrar o Sistema, de forma a promover atuação harmônica no contexto das competências das unidades de auditoria interna.

A estruturação da AUDIN, de acordo com o art. 1º do seu Regimento Interno está vinculada ao órgão deliberativo de maior instância na estrutura da Universidade, possibilitando maior independência e amplitude para sua atuação, em consonância com o que prevê artigo 15, § 3º, do Decreto nº 3.591 de 2000.

A escolha do titular da unidade de auditoria interna atende, obrigatoriamente, o previsto na Portaria nº 2.737/CGU de 2017, combinado com o art. 19 do Regimento Interno da AUDIN/UFRA.

O Auditor Chefe ocupa cargo de direção na estrutura da IFES e sua nomeação, designação, exoneração ou dispensa é submetida, pela Reitoria, à aprovação do CONSUN e posteriormente à aprovação da CGU, devidamente instruídas e motivadas, nos termos do §º, artigo 15, do Decreto nº 3.591. Para provimento do cargo de Auditor Chefe é exigido, também, formação em curso de nível superior, além de comprovada experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão, de auditoria, de finanças ou de contabilidade na Administração Pública Federal, observada a legislação vigente.

A auditoria interna está situada no campus sede em Belém, onde se localiza a Administração Central da Universidade, ela funciona no Centro de Docência, em espaço físico adequado para o atual número de servidores. A lotação atual é de três servidores, sendo um da área administrativa e dois auditores – incluindo a chefia. Ressalta-se que a lotação minimamente adequada para a AUDIN seria a de seis servidores: Chefia (01), área operacional (03), área administrativa (01) e área de assessoramento a Reitoria (01). No âmbito da comunicação aos setores auditados, a alta gerência e ao Conselho Universitários sobre as recomendações emitidas pela AUDIN, e os riscos aos quais unidades auditadas estão expostas pela não implementação de tais recomendação, informa-se que a AI encaminha à alta gerência, ao Conselho Universitário e aos gestores auditados os Relatórios de Auditoria Interna (RAI) emitidos. Essa sistemática tem por

objetivo permitir que a alta gerência tome conhecimento das recomendações feitas aos gestores administrativos e acadêmicos e os riscos pela não execução de tais recomendações.

Além dos RAI a AUDIN utiliza outro instrumento de suporte a adequação dos controles internos e estímulo ao comprometimento dos gestores com o atendimento das recomendações, este instrumento é um documento, também elaborado pela unidade de auditoria interna, denominado de Plano de Providências Interno (PPI), no qual são relacionadas as recomendações a serem implementadas, constando o estabelecimento do prazo para o cumprimento da adoção das medidas de controle a serem implementadas pelos gestores.

A AUDIN monitora e controla a gestão das recomendações direcionadas as unidades auditadas por intermédio do Sistema de Auditoria (SIAUDI), sistema informatizado, disponibilizado pela CONAB. Esse sistema, customizado para atender as necessidades da unidade de auditoria da UFRA, permite o acompanhamento das recomendações com mais eficiência, pois os setores auditados devem se manifestar, conforme os prazos definidos no plano de providências interno, também disponibilizado neste software.

Importa ressaltar que as informações sobre as falhas, deficiências e não cumprimentos das regras acordados no PPI, bem como o não cumprimento do prazo estabelecidos para o seu atendimento, são encaminhadas à alta gerência, com objetivo de alertar sobre as vulnerabilidades as quais a Universidade encontra-se exposta e que providências urgentes devem ser tomadas para sanar as desconformidades.

A auditoria interna solicita, também, reuniões periódicas com a Reitoria da Universidade, apresentando os resultados das ações de auditoria e comunicando quando da ocorrência de riscos de grande relevância que poderão prejudicar o cumprimento da missão da instituição decorrentes da não implementação de medidas adequadas.

3.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD foi criada através da Portaria nº 1760, de 19 de outubro de 2015, publicada no Boletim de Pessoal/UFRA, Edição Extraordinária de 19 de outubro de 2015, por meio do Processo nº 23084.003223/2015-36.

Destarte, a CPPAD, como unidade correcional da UFRA, está incumbida de para apurar os fatos e supervisionar os respectivos processos quando representarem, em tese, infração administrativa, observando os ritos e os prazos previstos na legislação pertinente, composta por 4 (quatro) membros estáveis, a saber: Pedro Anderson das Chaves Oliveira – Presidente; Sara Danielle Cabral Coelho – Secretária; Diógenes da Silva Carvalho Membro e Mayco de Castro Dias – Membro.

Em outro ato, agora publicado no Diário Oficial da União – DOU de 06 de março de 2018, através da Portaria nº 642, de 05 de março de 2018, Pedro Anderson das Chaves Oliveira foi nomeado Presidente, com Função Gratificada FG 001.

Em seguida, foi solicitada a portaria de recomposição da comissão, pois anteriormente ocorreu a saída do então presidente Adriano Dias Borges, além da saída do membro Rúbia Cristiane Castro Bricio e a entrada na composição da comissão de Sara Danielle Cabral Coelho.

Aproveitando o espaço antes ocupado pela Vice-Reitoria, que gentilmente cedeu seu espaço físico para os assuntos de correição, em 19 de março de 2018, a CPPAD se instalou, agora no prédio administrativo, adjacente à Reitoria, Vice Reitoria,

Procuradoria Federal, Proaf, Propladi e Progep. Esta mudança trouxe ganho considerável para celeridade e movimentação dos processos, pois, com a proximidade das instalações, ocorreu-se a proximidade de pessoas dispostas a sanar as dúvidas que possam vir a ocorrer bloqueando os tramites processuais. Também foi solicitado nova linha telefônica para realização das atividades concernentes a CPPAD.

Em 23 de março ocorreu a primeira reunião de gestão da nova composição da CPPAD, ficando planejado as competências de cada componente desta comissão, a saber:

PEDRO CHAVES: Gerenciar todas as atividades da unidade; Fazer o juízo de admissibilidade dos PAD's e PAR; Controlar a lista de servidores a serem indicados para as comissões; Mapear os processos da CPPAD; Responder demandas judiciais e de órgãos de controle externo; Responder a demandas internas provenientes do gabinete; Elaborar regulamentos sobre o funcionamento, atendimento e solicitações à CPPAD; Atualizar anualmente o planejamento da unidade; Elaboração do relatório tático; Monitoramento em relação ao cumprimento das propostas.

DIÓGENES JUNIOR: Manter em arquivo digital, com atualização periódica, as Leis, orientações, jurisprudências e demais normas atinentes a CPPAD; Atender e orientar comissões processantes; Atender e orientar público em geral; Auxiliar o Presidente da CPPAD na elaboração de documentos e respostas que carecerem de fundamentação, em ocorrências esparsas; Responder demandas internas (cópia de processo ou documentos, pedido de informação, etc.); Atuar em comissões investigativas; Atuar como facilitador em cursos de capacitação sobre PAD.

MAYCO DIAS: Controle de entrada e saída de processo; Elaborar e alimentar planilha de controle dos processos que encontram-se com as comissões processantes, incluindo prazos; Controle dos processos arquivados; Controle em pastas físicas e digitais de documentos emitidos e recebidos na CPPAD; Elaboração e publicação de portarias; Minutar documentos oficiais; Alimentar o sistema CGU/PAD.

SARA COELHO: Elaborar Projeto de Prevenção; Promover as atividades voltadas ao projeto de Prevenção (cursos, oficinas, disseminação em loco); Elaborar material educativo; Propor novas políticas de prevenção interna; Atuar em comissões processantes; Atuar como facilitadora em cursos de capacitação sobre PAD; Monitorar cursos de capacitação aos membros da CPPAD; Identificação e diagnóstico das infrações recorrentes.

Os principais eventos apurados e as providências adotadas:

Processo / Tipo	Data da 1ª Publicação	Providências	Status atual 31/03/2018
23084.002987/2016-95 – Pad Sumário	Portaria nº 03, de 23/01/2018	Foram denunciados um servidor que estava mais de 60 dias sem paradeiro/ abandono de cargo.	Fase de indicição.
23084.007292/2017-81 – Sindicância	Portaria nº 26, 18/08/2017	Foram denunciados 03 servidores por provável não observância do Art. 116 da Lei 8.112/90. Desencadeando um PAD.	Julgado.
23084.010795/2017-33	Portaria nº 25, 11/08/2017	Foi aberto Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidade	Fase e indicição.

Com relação ao cadastro no CGU-PAD, em conformidade com o que reza a Portaria CGU nº 1.403, de 24 de julho de 2007, os servidores da CPPAD são cadastrados neste sistema. Atualmente estão cadastrados um total de 84 (oitenta e quatro) processos, sendo 55

(cinquenta e cinco) processos administrativos disciplinares, 03 (três) ritos sumários e 26 (vinte e seis) sindicâncias, dos quais estão em andamento 02 (dois) ritos sumários, 05 (cinco) sindicâncias e 10 (dez) processos administrativos disciplinares, portanto 67 (sessenta e sete) já foram encerrados (julgados anulados administrativa ou judicialmente)

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

Durante o exercício de 2017, a UFRA iniciou a implementação da política de gestão de riscos e controles internos. Em princípio foram participações em palestras e cursos para sensibilização quanto à importância da gestão de riscos e dos controles internos administrativos.

Em seguida, a política de Gestão de Riscos foi estabelecida na UFRA através Resolução 174, de 09/05/2017 – CONSUN. Ela tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos no âmbito da UFRA de forma possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos nas unidades de apoio da universidade, incorporando à visão de riscos à tomada de decisão e contribuindo para o aprimoramento da governança institucional.

Com a mudança da gestão, foi criada uma Assessoria de Assuntos estratégicos para tratar exclusivamente sobre a Gestão de Riscos e Governança no âmbito da Universidade, que começa a desenvolver efetivamente suas ações no exercício de 2018.

4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1234	1030	245	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	1234	1030	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1232	1028	245	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	2
2. Servidores em Contratos Temporários	34	34	26	3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	1268	1106	271	6

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	551	479
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	551	479
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	249	479
1.1.3. Servidores de Carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	34
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	551	513

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

Quadro – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	54	53	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	54	53	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	52	51	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	-	-
1.2.4. Sem vínculo	0	0	-	-
1.2.5. Aposentados	1	1	-	-
2. Funções Gratificadas	127	110	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	127	110	-	-
2.2. Servidores de Carreira em exercício Descentralizado	0	0	-	-
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	-	-
3. Total de Servidores em Cargos e Função (1+2)	181	163	-	-

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

4.1.2 Demonstrativos das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencime ntos e Vantage ns Fixas	Despesas Variáveis						Despe sas de Exerc ícios Ante riores	Decis ões Judici ais	Total
			Retribui ções	Gratific ações	Adicio nais	Indeni zações	Benefíci os Assisten ciais e Previde nciários	Demais Despes as Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exerc ícios	20 17	NÃO HÁ									
	20 16										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exerc ícios	20 17	75.510. 068,85	3.892. 838,27	11.004. 774,45	5.957. 042,99	5.996. 234,51	2.726.1 52,74	37.031. 354,12	334.6 64,15	338.7 34,50	142.791 .864,58
	20 16	60.691. 876,61	3.250. 683,51	8.475.2 89,28	5.177. 817,40	5.184. 829,40	2.542.5 95,05	26.071. 792,06	310.0 93,71	456.8 60,76	108.911 .154,27
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exerc ícios	20 17	0,00	57.801 ,00	4.846,7 5	1.692, 51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.340, 26
	20 16	0,00	206.70 6,16	20.295, 56	5.581, 00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.440 ,49
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exerc ícios	20 17	0,00	42.822 ,53	0,00	42.822 ,53	3.393, 36	0,00	0,00	0,00	0,00	89.038, 42
	20 16	0,00	154.51 4,05	13.280, 03	4.292, 98	5.581, 00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.668 ,06
Servidores cedidos com ônus											
Exerc ícios	20 17	269.45 9,00	0,00	22.257, 68	4.321, 46	17.404 ,00	21.958, 59	35.558, 86	0,00	0,00	370.959 ,59
	20 16	30.004, 05	0,00	28.550, 25	11.911 ,39	26.745 ,17	36.905, 82	85.518, 21	0,00	0,00	219.634 ,89
Servidores em contrato temporário											
Exerc ícios	20 17	1.475.4 11,84	0,00	92.260, 60	4.633, 95	293.07 1,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.865.3 78,33
	20 16	981.34 9,03	0,00	70.807, 62	40.085 ,58	156.24 3,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248.4 85,98

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE ANO: 2017 (Valores em R\$ 1,00)

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Nas Instituições Federais de Ensino – IFES, a estrutura de cargos e salários não acompanha o mercado de trabalho, além de haver uma grande disparidade dos salários e benefícios entre os planos de cargos e carreiras no âmbito dos três poderes.

As áreas estratégicas são gravemente afetadas em virtude da falta de isonomia salarial e de benefícios entre os poderes da união e até na esfera estadual, resultando em grande mobilidade dos servidores, causando uma instabilidade e prejuízos na execução das atividades das instituições.

O custo de selecionar, capacitar e integrar esses profissionais nas rotinas dessas organizações impacta fortemente na eficácia das atividades meio e fins.

Desde 2007, o governo federal implementou política de reposição automática de cargos de professor de Magistério Superior, a partir do Decreto nº 6.097/2007, D.O.U. de 25/04/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 22/2007. No entanto, para os Técnico-administrativos em Educação, foi a partir de 2010, através do Decreto nº 7.232/2010, que possibilitou a reposição parcial das vacâncias referentes às classes C, D e E nas universidades.

Essas políticas governamentais necessitam de outras ações que possibilitem uma seleção mais adequada e um plano de cargos, salários e benefícios isonômico para possibilitar a retenção dos servidores nas Instituições Federais de Ensino Superior. Caso o Governo Federal não implante políticas isonômicas de salários e benefícios a rotatividade de pessoal poderá continuar a acarretar grandes prejuízos, não fixando os novos servidores e com isso caindo à eficácia e a efetividade na gestão das IFES.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

4.1.4.1 Contratação de Estagiários

Quadro – Composição de Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigente				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)**
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior					
1.1 Área Fim*	69	75	72	75	R\$ 414.240,00
1.2 Área Meio*	49	55	49	41	R\$ 317.220,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Meio*	30	31	35	32	R\$ 135.252,00
3. Total (1+2)	145	161	145	148	R\$ 886.712,00

Fonte: Divisão de Estágio, PROEX/UFRA

* Para fins de contagem de estagiários, adotou-se que estagiários que são discentes da UFRA são área fim e discentes que são extra UFRA são área meio.

** O cálculo das despesas levou em consideração os seguintes valores, de acordo com a normativa nº 02 de 24/06/2016:

a) nível médio (4horas/dia): R\$ 203,00

b) nível médio (6horas/dia): R\$ 290,00

c) nível superior (4 horas/dia): R\$ 364,00

d) nível superior (6 horas/dia): R\$ 520,00

e) auxílio transporte (todos os níveis): R\$ 132,00

4.1.5 Terceirização Irregular de Cargos

Não há contratação de serviços terceirizados das atividades ou cargos típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

Todos os editais da UFRA, de contratação de serviços terceirizados, foram devidamente submetidos e considerados legais, através de parecer jurídico.

As atividades contratadas são: Apoio Administrativo I; Vigilância Armada; Limpeza e Conservação (Serviços Gerais); Tratorista; Jardineiro; Motorista; Pintor; Pedreiro; Eletricista; Copeiro; Tratador de Animal; Identificador Botânico; Serralheria; e Lavador de Veículo.

4.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A UFRA, através de sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas faz o primeiro controle para detectar possível acúmulo indevido de cargos funções e empregos públicos. Tal controle consiste na entrega, por parte do servidor, de declaração de que não possui vínculo com outro ente ou emprego público, n ato da posse.

Com detecção de casos de acumulação de cargo, seja por denúncia, ou por averiguação de órgãos de controle, é instaurado procedimento administrativo para apurar e sanar eventuais irregularidades, oportunizando aos envolvidos o direito contraditório e ampla defesa.

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão de Frotas de Veículos

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Lei nº 1081 de 1950 e IN 03/2008 SLTI/MPOG.

A UFRA é uma IFES que atua predominantemente na área de Ciências Agrárias. Com sede no município de Belém e campi nos interiores de Capanema, Paragominas, Parauapebas e Capitão Poço, além das estações experimentais em Castanhal, Igarapé-Açu e Cuiarana (Salinópolis), a Instituição desenvolve muitas das suas atividades curriculares, como aulas práticas e pesquisas de campo, em áreas rurais. Logo, demanda grande quantidade de viagens que deslocam discentes e docentes com a finalidade de praticarem atividades didáticas.

Quanto à substituição da frota, não há um plano de substituição, em razão da idade dos veículos. A instituição também escolhe pela aquisição em detrimento da locação, pois depende de repasse de verbas do Governo Federal. Seria inviável em termos financeiros arcar com um aumento considerável nos valores de custeio provocado pela terceirização integral do serviço de transporte.

Nas tabelas a seguir, pode-se verificar um relatório anual com gasto de combustível, manutenção, quantidade da frota, quilômetros rodados e idade média da frota:

Tabela – Gastos com combustível e manutenção

Mês	Combustível (R\$)	Manutenção (R\$)	Km
Jan	R\$ 59.816,37	R\$ 26.882,10	626.320
Fev	R\$ 56.156,97	R\$ 53.924,85	1.397.666
Mar	R\$ 74.358,37	R\$ 62.469,86	954.086
Abr	R\$ 78.437,41	R\$ 45.007,87	574.423
Mai	R\$ 72.898,75	R\$ 43.841,09	216.236
Jun	R\$ 71.094,74	R\$ 37.059,02	213.757
Jul	R\$ 76.901,22	R\$ 55.245,55	518.836
Ago	R\$ 98.099,78	R\$ 57.498,18	274.390
Set	R\$ 95.153,61	R\$ 54.333,87	480.501
Out	R\$ 108.554,07	R\$ 79.262,32	236.164
Nov	R\$ 46.582,18	R\$ 10.216,00	844.065
Dez	R\$ 37.414,96	R\$ 67.727,39	529.854
TOTAL	R\$ 875.468,43	R\$ 593.468,10	6.866.298

Fonte: Prefeitura / Campus Belém

Tabela – Quantidade de veículos em uso, discriminado por grupo

Classificação	Total
Transporte Institucional (SUSs, Pick up, Automóveis)	35
Transporte Individual (moto)	4
Transporte carga (caminhões)	4
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	30
Máquinas Agrícolas (tratores)	5

Fonte: Prefeitura / Campus Belém

Tabela - Média anual de km rodados, por grupo de veículos

Classificação	Km/Média
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	22999
Transporte Individual (moto)	2990
Transporte carga (caminhões)	5283
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	13233
Máquinas Agrícolas (tratores)	----

Fonte: Prefeitura / Campus Belém**Tabela - Idade média da frota por grupo de veículos**

Classificação	Idade média (em anos)
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	07
Transporte Individual (moto)	08
Transporte carga (caminhões)	06
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	07
Máquinas Agrícolas (tratores)	09

Fonte: Prefeitura / Campus Belém**Tabela - Custo Associado à manutenção da frota**

Custos	Valor anual aproximado
Combustível	R\$ 875.468,43
Manutenção	R\$ 593.468,10
Pessoal (motorista, mecânico, tratorista, lavador, administrativo)	-

Fonte: Prefeitura / Campus Belém

4.2.2 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União

A Superintendência de Patrimônio e Material (SPM) da UFRA faz o controle do registro patrimonial no sistema do Governo Federal denominado SpiuNET. Em relação à Gestão do Patrimônio imobiliário da União, temos a informar que o controle patrimonial da universidade é realizado por meio de planilhas eletrônicas, além do próprio sistema de Gestão imobiliária do Governo Federal – SpiuNET. No quadro a seguir tem-se a distribuição geográfica dos imóveis sob responsabilidade da UFRA:

Quadro – Distribuição geográfica dos imóveis sob responsabilidade da UFRA

RIP – Imóvel (SpuNET)	RIP – Utilização (SpuNET)	UF	Município	Endereço	Terreno	Benfeitoria	Total
0427.00726 .500-7	0427.00089 .500-5	PA	Belém	Av. Presidente Tancredo Neves, 2501; Terra Firme; CEP 66077-830 (Pórtico Portão Principal)	787.126.800,00	11.758.717,79	798.885.517,79
0443.00028 .500-4	0423.00029 .500-0	PA	Capanema	Av. Barão de Capanema, Sn; Centro; Capanema/PA; CEP: 68700-005	2.179.353,80	-	2.179.353,80
0445.00001 .500-3	0445.00002 .500-9	PA	Capitão Poço	Rodovia PA 124, km 0, Estrada do Pau Amarelo Sn; Capitão Poço/PA; CEP 68650-000	617.510,03	3.599.911,11	4.217.421,14
-	-	PA	Paraua- pebas	Gleba Federal Rio Novo, Sn; Parauapebas/PA; CEP: 68515-000	-	-	-
0509.00025 .500-4	0509.00026 .500-0	PA	Parago- minas	Rodovia PA 256, km 06, Sn; Paragominas/PA; CEP 68625-005	1.249.794,00	4.261.624,26	5.511.418,26
0559.00030 .500-8	0559.0031. 500-3	PA	Tomé Açu	PA 140, km 03, Localidade Açaisal; Tomé Açu/PA; CEP 68680-000	5.740,00	-	5.740,00
0429.00014 .500-2	0429.00005 .500-3	PA	Benevides	Ramal da Coreinha km 8, Benevides/PA; CEP 68797-000	173.600,00	35.857,75	209.457,75
0447.00183 .500-0	0447.00171 .500-5	PA	Castanhal	Colônia Boa Vista, Estrada da Boa Vista, Sn; Castanhal/PA; CEP: 68725-000	794.160,00	236.445,05	1.030.605,05
-	-	PA	Igarapé- Açu	Rodovia PA 242, Sn; Igarapé-Açu/PA; CEP: 68725-000	-	-	-
0523.00005 .500-0	0523.00004 .500-5	PA	Curiarana	Rodovia Vila de Curiarana Sn, Comunidade Arapepó; Salinópolis/PA; CEP: 68721-000	147.874,20	-	147.874,20

Fonte: SPM/PROAF

OBS: Destacam-se os imóveis do município de Igarapé-Açu e Parauapebas que possuem pendências no registro junto ao SpiuNET e não constam ainda sob responsabilidade da UFRA.

- **Parauapebas**

Em 18 de abril de 2008, a UFRA recebeu do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, o Título Provisório de Terras de uma área de 48,4002 hectares para implantação do Campus Parauapebas. Naquela ocasião, entendia o ITERPA que a área requerida pela UFRA estava inserta na Gleba Estadual denominada Ampulheta. A partir daquele momento a Universidade deveria proceder a demarcação de precisão da área,

através de seu georreferenciamento, para que posteriormente viesse a receber seu título definitivo.

Nesse intervalo, por inconsistências nas demarcações e plotagens de glebas oficiais, federais e estaduais, descobriu-se que a área ocupada pela UFRA estava em verdade inserta na Gleba Federal Rio Novo, arrecadada pelo Governo Federal, através da Portaria GETAT nº 98, de 10/08/1983.

Dessa forma, o próprio ITERPA tronou sem efeito a titulação provisória efetuada pelo órgão fundiário estadual. Dois caminhos poderiam ser seguidos pela Universidade para regularizar a área daquele campus: convalidar através do Programa TERRA LEGAL o título provisório estadual, ou regularizá-lo diretamente na SPU-PA. Reuniões realizadas com os dois órgãos definiram a orientação de regularização fundiária da área através do Programa Terra Legal.

Para ambos, necessário se faz que se tenha o georreferenciamento oficial da área (já efetuado, contendo inclusive Declarações de Reconhecimento de Limites) assim como a confecção de mapa contendo a plotagem da Gleba Rio Novo, comprovando a inserção da área pretendida. Esses trabalhos já estão realizados e prontos a serem apresentados a quem de direito. Vale ressaltar que não dispomos das peças originais do georreferenciamento realizado.

Ocorre que recebemos a informação oficial de que o Programa Terra Legal não dispõe ainda de normativos para regularização de áreas federais para instituições públicas ou privadas, cessando a expectativa de regularização da área por aquele Programa. A UFRA foi orientada, então, a proceder a regularização da área do Campus Parauapebas através da SPU-PA, que irá receber a área para então proceder a cessão definitiva da mesma à Universidade.

O processo de regularização encontra-se em tramitação na SPU, e desta forma ainda não possuindo registro, o que dificulta o cadastro do referido imóvel no sistema SpiuNET. A UFRA fica no aguardo da resolução do caso para proceder com o registro no sistema.

- **Igarapé-Açu**

O imóvel de Igarapé-Açu foi doado para a UFRA, em 29/05/1998, pela Delegacia Federal de Agricultura no Pará (DFA/PA), atual Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Pará (SFA/PA).

Legalmente, o imóvel já pertence à UFRA desde a referida data, contudo no sistema SpiuNET, o mesmo encontra-se vinculado a SFA/PA. Para que a UFRA prossiga com qualquer operação referente ao imóvel em questão no SpiuNET, há necessidade da SFA/PA realizar a transferência via sistema para a UFRA. Este pedido já foi feito através de documento oficial (Ofício nº 0239/2017/UFRA), ficando a Instituição no aguardo. Tão logo a transferência seja efetuada, a UFRA poderá operar o imóvel no sistema.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI:

Tabela – Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI

Objetivo – PLAIN 2014-2024	Objetivos Estratégicos de TI
<p>Objetivo 5.1.3.1a: Estruturar e ampliar a infraestrutura de TIC, da biblioteca e editora para apoiar a política educacional tradicional (presencial) e de cursos à distância, bem como dos serviços de comunicação e marketing institucional para mudar e imprimir a imagem da UFRA na sociedade amazônica e nacional.</p> <p>Meta 1: Fortalecer e adequar a infraestrutura da TIC para atender à demanda do ensino, pesquisa, extensão e administração no contexto da dinâmica de expansão multicampi da UFRA.</p> <p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none">-Ampliar a infraestrutura de TIC para o transporte de dados e voz com qualidade e eficiência;-Desenvolver sistemas para a informatização de processos do ensino, pesquisa, extensão e administração;-Adquirir programas e aplicativos em atendimento as necessidades de ensino, pesquisa, extensão e administração;- Projeto de segurança da informação para garantir a integridade, confidencialidade e autenticidade das informações institucionais;-Contratação de pessoal qualificado em TIC para apoiar a educação midiática e a gestão nos campi. <p>Meta 2: Focar a comunicação e o marketing para os clientes, grupos de interesse.</p> <p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Adquirir equipamentos de TI para apoiar as atividades da UFRA com foco no cliente e grupos de interesse	<p>OETI 1: Expandir e aperfeiçoar a infraestrutura física de TI</p> <p>OETI 2: Aperfeiçoar a qualidade dos serviços disponibilizados</p> <p>OETI 3: Ampliar a infraestrutura de sistemas informatizados que atenda as demandas do negócio da Instituição</p> <p>OETI 4: Atender as solicitações expostas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI)</p> <p>OETI 5: Disponibilização de um conjunto de programas e aplicativos que atenda as necessidades do ensino, pesquisa, extensão e administração.</p>

Fonte: STIC/UFRA

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI:

O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), instituído pela Resolução CONSAD nº 29, de 27 de março de 2012, em termos gerais, é um colegiado semelhante aos outros conselhos superiores existentes na Instituição, sendo importante destacar que este órgão colegiado tem a responsabilidade de definir e monitorar as ações da Tecnologia da Informação da Instituição, sendo o Superintendente da STIC um dos membros que compõe o conselho. Por fim, qualquer informação complementar sobre o CETI pode ser extraída pelo link [HTTP://novo.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSAD/2012/reso29_2012.pdf](http://novo.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSAD/2012/reso29_2012.pdf)

c) Principais sistemas de informação:

Tabela - Relação dos sistemas e a função de cada um deles

Sistema	Função
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos	Permite gerenciar processos de negócio relacionados a administração do orçamento, patrimônio, material e consumo, compras, licitações, protocolos, etc.
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	Permite gerenciar processos de negócio relacionado à Administração de Recursos Humanos como solicitação de férias, ressarcimento de valores referentes a plano de saúde, cadastro de servidores, capacitação, frequência, relatórios gerenciais, etc.
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas	Permite gerenciar os processos de negócio relacionados a administração da comunidade acadêmica (discentes e docentes) como matrícula on line, portal docente e discente, lançamento de notas, biblioteca, etc.
Sistema de Chamados de Técnicos	Permite gerenciar os chamados de suporte técnico abertos pelos usuários utilizadores dos recursos computacionais da UFRA.

Fonte: STIC/UFRA

d) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços implantados na unidade:

Ainda não existem processos de gerenciamento de serviços formalizados na unidade. Utiliza-se na UFRA um sistema de chamados técnicos para dar aporte às demandas de serviços de TI, na qual existe um catálogo de orientação aos usuários para abertura de chamados. Haverá uma revisão do PDTI 2015-2024, no sentido de atualizar os prazos de metas relacionadas a esta demanda da implantação de processos de gerenciamento de serviços, bem como o atendimento da Estratégia de Governança Digital.

e) Descrição de projetos de TI desenvolvidos no exercício:

Tabela – Projetos desenvolvidos no exercício

Processo	Descrição da Solução	Valor Orçado	Alinhamento Estratégico	
			PLAIN 2014-2024	PDTI 2015-2024
23084.004307/2016-78	Aquisição de computadores, monitores e nobreaks em atendimento às necessidades do tripé universitário (pregão 19/2016)	R\$ 4.180.645,00	Meta 1 – Fortalecer e adequar a infraestrutura de TIC para atender à demanda de ensino, pesquisa, extensão e administração no contexto da dinâmica de expansão multicampi da UFRA.	Objetivo Estratégico de TI (OETI 1): Expandir e aperfeiçoar a infraestrutura física de TI
23084.00382/2017-55	Aquisição de “scanners” impressoras multifuncionais (pregão 10/2017)	R\$ 252.177,60	Iniciativa estratégica: ampliar a infraestrutura de TIC para transporte de dados e voz com qualidade e eficiência	Necessidade N3: Aquisição de equipamentos de TI para apoiar as atividades da UFRA.

Fonte: Superintendência de Tecnologia, Informação e Comunicação - STIC/UFRA

f) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica

A área de TI da UFRA gerencia apenas um contrato que trata da prestação dos serviços de tecnologia da informação (conectividade) para os campi de Capanema, Paragominas, Capitão Poço e Fazenda Escola de Igarapé-Açu. Este contrato de nº 56/2013 foi firmado com a Empresa de Processamento de Dados do Pará (PRODEPA) e está em seu 4º aditivo. Como mecanismo de mitigar dependência tecnológica e descontinuidade da prestação de serviços de internet, possuímos links alternativos fornecidos pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A política de sustentabilidade adotada pela universidade está configurada no Plano de Gestão e Logística Sustentável da UFRA, lançado em maio de 2015, e que propõe a implantação das práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos administrativos na instituição. Atende aos princípios de desenvolvimento sustentável, focando a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, mediante ações de produção e utilização de insumos e tratamento de resíduos com vistas a reduzir os impactos sobre o meio ambiente. O documento pode ser obtido no site:

http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/PLS_UFRA_2014_2024_VPREL_01JUN2015.pdf

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso ao Cidadão

A Universidade Federal Rural da Amazônia conta com o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC) e o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

Através destes canais a Ouvidoria UFRA proporciona a interação social sendo um condutor de diálogo facilitador da aproximação entre o Cidadão e a Universidade, recepcionando e encaminhando sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade interna e externa com vistas ao aprimoramento da gestão pública (art. 2º, V, Decreto n. 8.243/14).

Na ouvidoria, as análises das manifestações recebidas servem de apoio para informar aos gestores sobre a existência de problemas e, como consequência, provocar melhorias conjunturais e estruturais.

Além desses sistemas é possível que o cidadão acesse a qualquer tipo de informações através de email da ouvidoria, telefone para contato e ainda por meio de carta física.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Os serviços prestados pelas diferentes unidades que compõe a UFRA estão consolidados em documento único disponível na página da instituição, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

A Carta de Serviços ao Usuário da Universidade Federal da Amazônia visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela Instituição, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos para manter os padrões de qualidade que devem nortear o atendimento ao público, garantindo o direito do cidadão de receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

No exercício 2016 foi dada continuidade ao processo de avaliação das ações da UFRA, visando qualificar o desempenho das políticas educacionais, de pessoas e da gestão do desenvolvimento institucional, a dotação e funcionalidade da infraestrutura física e apresentar sugestões para corrigir os pontos fracos identificados pela comunidade acadêmica e de acordo com a percepção da sociedade.

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade

As informações gerais da UFRA podem ser acessadas por meio da sua página na internet <http://www.portal.ufra.edu.br>. Informações específicas referentes às diferentes áreas de atuação podem ser obtidas nas páginas das Pró-Reitorias conforme indicado abaixo:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
<http://www.propladi.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
<http://www.proped.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Administração e Finanças
<http://www.proaf.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Ensino
<http://www.proen.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Extensão
<http://www.proex.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
<http://www.proaes.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
<http://www.progep.ufra.edu.br>

5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

Em 2012, o Conselho Universitário da UFRA aprovou a Resolução nº 46, de 16 de fevereiro de 2012, que criou o Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (Núcleo Acessar) com o objetivo de adequar a Instituição ao contexto das políticas públicas e diretrizes do Ministério da Educação para educação superior quanto à inclusão e a acessibilidade, além de estimular o desenvolvimento de ações inclusivas dentro da UFRA impulsionando a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

O prédio do “Núcleo Acessar” foi inaugurado em agosto de 2013 e passou a oferecer maior suporte de infraestrutura de trabalho para o desenvolvimento de propostas em tecnologia e metodologia de programas que facilitem o acesso do cidadão com necessidades especiais.

Atualmente, além do curso de Licenciatura em Letras e Libras, a UFRA através do Núcleo Acessar desenvolve projetos constantes direcionados à educação inclusiva como cursos de libras, cursinhos pré-vestibulares em libras, cursos de inclusão e acessibilidade para professores, entre outros.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

No tocante ao desempenho financeiro do exercício de 2016 frisamos que os recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação foram suficientes para quitar os compromissos que se encontravam liquidados no SIAFI, apesar da não existência de um calendário fixo de recebimento de um percentual do recursos que será destinado às universidades. Ademais, a inexistência de um calendário de repasse dificulta prever as datas em que serão realizados os pagamentos credores, muitas vezes prejudicando o cumprimento contratual celebrado com prestadores de serviço.

6.1 Informações sobre Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior

Quanto à sustentabilidade financeira, a URA concentra a arrecadação de recursos externos através de entidades de apoio à pesquisa e órgãos governamentais como SUDAM e FUNASA para execução de projetos de interesse acadêmico e social.

Tais descentralizações ainda complementadas com recurso de emendas parlamentares que são negociadas com o Poder Legislativo Federal através ad Reitoria da UFRA. Já em relação a recursos próprios, a UFRA arrecadou R\$ 580.637,00 (quinhentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e sete reais) no ano de 2017, através dos serviços prestados pelo hospital veterinário, restaurante universitário, Concursos públicos, venda de livros e outros produtos.

A UFRA também tem celebrado nos últimos anos junto à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA), convênios de receita para concessão de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, assim como convênios para aquisição de equipamentos para laboratórios de pesquisa.

Na qualidade de Autarquia Pública Federal, a UFRA vinculada ao MEC tem seu orçamento construído por meio de parâmetros definidos pelo MEC e consolidados através da Lei Orçamentária Anual – LOA.

A UFRA é uma instituição em crescimento e nos últimos anos, com o advento de aporte orçamentário e financeiro oriundo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), interiorizou suas atividades com a implementação dos campi de Capanema e Tomé-Açu, fato este de extrema importância às comunidades locais, reforçando o desenvolvimento da região e efetivando a própria razão de ser de uma universidade pública. Por outro lado, o orçamento da Instituição destinado ao custeio de suas atividades, não se revela compatível e proporcional à sua expansão física, apregoado por meio daquele salutar Programa, observando-se a operação, elementar, de seus custos de manutenção, determinando um descompasso no atendimento tempestivo dos anseios de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, é legítimo destacar que a sustentabilidade financeira da UFRA, ampara-se sobremaneira, no orçamento oriundo do Tesouro Nacional. Todavia, circunstancialmente é afetado por fatores diversos, decorrentes da política econômica do país, que acarretam cortes sistemáticos nos limites orçamentários previamente aprovados, comprometendo assim, a consecução das metas estabelecidas pelos órgãos, gerando, portanto, reflexos negativos no desempenho institucional.

Neste cenário, a gestão institucional, regularmente, precisa rever as ações e reprogramá-las, para o cenário que se impõe. E, num contexto de contingenciamento, torna-se imperioso, eleger as mais prioritárias, com vistas a garantir o entendimento mínimo de suas atividades.

Portanto, nesse contexto, o conceito sustentabilidade orçamentária e financeira tem o condão de assegurar, num cenário de crises, o funcionamento eficaz da Instituição, com o mínimo de recursos possíveis.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade

6.2.1. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

A UFRA está em processo de pesquisa e capacitação relativo à prática do Gerenciamento de custos dos programas, unidades administrativas e dos serviços produzidos pela instituição. A implantação de uma base gerencial dentro da instituição exige a capacitação e designação de servidores responsáveis pela apuração de informações gerenciais.

O Tesouro Nacional já disponibilizou o acesso ao SIC – Sistema de Informações de Custos aos usuários em geral, portanto, serão designados aos servidores que serão usuários do SIC e responsáveis pela apuração das informações que servirão de base para as tomadas de decisão por parte dos gestores da UFRA.

6.3 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

NBC T 16.9 e 16.10

- Disposições das NBC T 16.9 e 16.10
As disposições das NBC T 16.9 e 16.10 estão sendo aplicadas.

- Metodologia para estimar vida útil econômica do ativo

Quanto à Metodologia adotada para estimativa da vida útil econômica do ativo, do cálculo da depreciação do imobilizado (bens móveis e imóveis) e da amortização do ativo intangível; bem como as taxas utilizadas para os respectivos cálculos estão especificados no Manual Siafi, macrofunção 02.03.30, que trata da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012, (MCASP – 5.ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação. 2013)

Os valores referenciados são obtidos por meio de consulta à transação BALANCETE do sistema SIAFI e referem-se aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017 na unidade gestora 153034.

- Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão
- Amortização

O cálculo da Amortização não é realizado nos bens intangíveis (softwares) adquiridos pela UFRA em razão de serem Ativos com existência ou exercício de duração ilimitada, portanto, os critérios de redutibilidade dos valores de softwares adquiridos não são aplicáveis.

- Exaustão

Com relação à Exaustão, que é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais, informamos que não procedemos a nenhum tipo de cálculo em razão da UFRA não explorar tais recursos.

- Bens móveis adquiridos antes de 2010

O item 14 da Macrofunção 02.03.30 estabelece que os bens colocados em condições de uso a partir do mês de janeiro de 2010, podem ter o cálculo da depreciação efetuado por representarem uma base monetária confiável. Em cumprimento a este dispositivo, a UFRA efetuou o cálculo da depreciação dos bens móveis adquiridos em 2010, cujo registro no Siafi foi efetuado a partir de janeiro de 2011. Nos exercícios seguintes, a unidade passou a efetuar o cálculo mensalmente.

As contas contábeis utilizadas no SIAFI para registro da depreciação, são a 3.3.3.1.1.01.00, que representa uma variação patrimonial diminutiva e a 1.2.3.8.1.01.00, que tem natureza retificadora/redutora do bem móvel.

- Taxas para os cálculos

Taxas do cálculo da Depreciação dos Bens Móveis

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (Anos)	VALOR RESIDUAL (%)
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
12311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp.	15	20
1311.01.04	Aparelhos e equip. p/esportes e diversoes	10	10
12311.03.01	Aparelhos e utensílios Domésticos	10	10
12311.99.04	Armazens Estruturais – Coberturas de Lona	1	10
1311.09.00	Armamentos	20	15
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
12311.04.03	Discotecas e filmotecas	5	10
12311.05.06	Embarcações	0	0
12311.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	10
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
12311.01.06	Maquinas e Equipam. De natureza industrial	20	10
13211.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10
12311.02.01	Equipamentos de processamentos de dados	5	10
12311.03.02	Máquinas, instalações e utens. De escritório	10	10
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
12311.01.20	Máq. Equip. Utensílios Agri/Agrp. E Rodoviários	10	10
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10
12311.04.06	Obra de arte		
12311.10.00	Equipamentos de montaria	10	10
12311.05.01	Veículos diversos	15	10
12311.01.11	Equipamentos e material sigiloso e reservado	10	10

12311.05.02	Veículos ferroviários	30	10
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10
12311.05.04	Carros de combate	30	10
12311.01.14	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
12311.02.01	Tecnologia da informação		
12311.01.15	Equipamentos, peças e aces.de proteção de voo	30	10
12311.01.12	Acessórios para automóveis	5	10
12311.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	15	10
12311.01.13	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	15	10
12311.01.19	Equipamentos e sistema de prot.vig.ambiental	10	10
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	10	10

- Depreciação de bens imóveis

No dia 29/12/2017, a CCONT/STN, com base nas informações do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, o SPIUNet, fez o lançamento automático da depreciação dos bens imóveis dos órgãos da administração pública federal no SIAFI. A depreciação de bens imóveis referente a 2017 foi registrada diretamente no Resultado do Exercício, tendo gerado um saldo no SIAFI, na conta 12381.02.00, dos seguintes valores na UG 153034:

Depreciação Acumulada até o exercício de 2016

Imóveis Residencial/Comercial: conta contábil 12321.01.01: total de R\$ 8.654,48 e;

Imóveis de Uso Educacional: conta contábil 12321.01.07: total de R\$ 2.415.757,35.

- Metodologia de Avaliação/mensuração de ativos e passivos

- Disponibilidades Financeiras

As Disponibilidades Financeiras da UJ são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 02.05.03.01 do MCASP. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacamos:

11112.20.01- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: esta conta refere-se ao valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira (CONFIN/STN), para atender despesas com vinculação de pagamento atrelada ao tipo de recurso orçamentário, isto é, os recursos financeiros disponíveis nesta conta referem-se ao limite que os órgãos têm direito a sacar para custear suas despesas. O saldo apresentado no final de 2017 é de R\$ 860.001,35.

- Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta de Créditos e Valores a Curto Prazo, a 11300.00.00 registra os valores a receber por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações realizáveis no curto prazo. Os créditos da UJ são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 02.05.03.02 do MCASP, pelo seu valor original. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacamos:

11311.01.05- Salários e ordenados – Adiantamento: Esta conta registra o adiantamento a pessoal referente a salários e ordenados. O saldo apresentado no final de 2017 é de R\$ 941.116,25.

11385.12.00- Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – Município: esta conta registra os valores de créditos a receber tais como: folha de pagamento despesa de transporte, alimentação e outras relativas à cessão de pessoal. A UJ apresenta no exercício 2017,

um montante de R\$ 27.634,80, a receber do município de Paragominas referente ao ressarcimento das despesas com a remuneração de servidor cedido.

- Estoques

De acordo o MCASP, item 02.05.03.03, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou valor realizável líquido, dos dois o menos. Os estoques da UFRA são avaliados com base no valor da aquisição. A conta de Estoques em Almoxarifado na UFRA (11561.01.00) possui o montante de R\$ 21.335,57, referente à Material de Consumo, entre eles material de expediente, gás para RU, material de copa e conzinha e outros.

- Dívidas

De acordo com o MCASP, as obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de Câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Analisando nosso Passivo, merece destaque a conta 213110400 – Contas a Pagar Credores Nacionais, a qual totalizou em DEZ/2017 o valor de R\$ 1.436.741,20.

- Impacto da Utilização dos Critérios das Normas

A adoção rigorosa das orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, propiciou a apuração das despesas Oriundas do consumo dos ativos móveis e imóveis. A conta de Variação Patrimonial Diminutiva relativa à Depreciação, Amortização e Exaustão 33300.00.00 apurou um total de R\$ 8.225.294,25, que representa 3,66% em relação ao total das variações Patrimoniais Diminutivas de 2017.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Este item tem por finalidade oferecer informações gerenciais de como a UFRA trata as determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentando os principais números e resultados.

Inicialmente, informa-se que compete à unidade de auditoria interna governamental da UFRA (AUDIN/UFRA) acompanhar, quinzenalmente, junto à rede mundial de computadores, no site do TCU as publicações de acórdãos emanados e dirigidos à UFRA, encaminhando-os à Reitoria para conhecimento e às unidades administrativas e acadêmicas destinatárias da determinação e/ou recomendação para análise ou apenas para o conhecimento de seus termos. Esse encaminhamento ocorre por meio de Solicitação de Auditoria (SA), enviada mediante memorando registrado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no módulo “protocolo”. O registro e o controle dos acórdãos e das respectivas determinações/recomendações são inseridos no SIAUDI que contém, dentre outras informações, o número do memorando que promove o encaminhamento da decisão do TCU, a recomendação e/ou determinação e as providências adotadas.

Durante o exercício de 2017, o TCU deliberou 59 acórdãos à UFRA, contendo determinações, recomendações ou orientações. Dentre eles, 53 acórdãos, cerca de 90% das deliberações emitidas no período, foram direcionados à área de gestão de pessoas e estão relacionados à registros de atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal. Os detalhes encontram-se no quadro a seguir:

Quadro - Deliberações do TCU destinados à UFRA em 2017

Natureza	Quantidade Acórdãos	%	Determinações Exaradas à UPC	Posicionamento da UPC
Denúncia (Quitação)	2	3,39	Não houve	Não se aplica
Representação (Quitação)	1	1,69	Não houve	Não se aplica
Embargo de Declaração	1	1,69	Não houve	Não se aplica
Fiscalização de orientação centralizada (FOC)	1	1,69	Não houve	Não se aplica
Recurso de Reconsideração	1	1,69	Não houve	Não se aplica
Atos de Pessoal (SEFIP)	53	89,83	2	Em Andamento
Soma	59	100		

Fonte: Consulta realizada em 02/03/2018 ao Site do TCU.

Por derradeiro, informa-se que a UFRA não possui determinações e/ou recomendações feitas por intermédio de acórdãos do TCU decorrentes de julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimentos, até a presente data.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Este item tem por finalidade oferecer informações, de forma gerencial, de como a unidade de auditoria interna governamental da UFRA trata as recomendações do

Órgão de Controle Interno (OCI) a que está vinculada, apresentando os principais números e resultados relacionados.

Quanto as formas de que dispõe a UPC para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI, informa-se que o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), disponibiliza na rede mundial de computadores o Sistema Monitor, elaborado por meio eletrônico, cuja utilização viabiliza o acompanhamento dos atendimentos às ações de controles, possibilitando atuação de forma ampla e abrangente.

O Monitor é o sistema que permite o acompanhamento *online* das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por intermédio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre o OCI e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real.

Dessa forma, assim que a recomendação é cadastrada pelo OCI, o gestor responsável pode registrar as suas ações e providências, bem como enviar documentos comprobatórios. Como parte do processo, a Superintendência da Controladoria Regional da União no Estado do Pará (CGU-Regional/PA) verifica a aderência ao que foi recomendado, sempre buscando a melhoria da gestão pública.

A AUDIN, por seu turno, utiliza-se de apoio de recursos tecnológicos, por intermédio do Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI), cujos programas a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) disponibilizou, por intermédio do Portal de Software Público do Governo Federal, versão de fácil customização para download de qualquer órgão que tenha interesse.

O SIAUDI, além de apoiar no controle das recomendações do OCI, é utilizado para o acompanhamento das recomendações emitidas pela AUDIN, no âmbito das ações de controles realizadas pelas equipes da auditoria interna.

Assim, estas duas ferramentas tecnológicas proporcionaram em 2017 agilidade, segurança e sustentabilidade às rotinas de tratamento e acompanhamento das recomendações do OCI.

A AUDIN é a unidade responsável por cadastrar os servidores da UFRA que alimentam os dois sistemas citados anteriormente, bem como é de sua competência proceder análise das respostas inseridas e realizar o encaminhamento à CGU para as respectivas análises, conforme perfil estabelecido nos referidos sistemas. Além disso, cabe à AUDIN, também, acompanhar a implementação das recomendações pelas áreas auditadas. Ressalta-se que todas as transações de monitoramento ocorrem via sistema, *online*.

Em 2017 foram emitidas sessenta recomendações de auditoria oriundas das ações de controle iniciadas e concluídas - no exercício - pela CGU e pela AUDIN. A Tabela a seguir apresenta o demonstrativo das recomendações emitidas e monitoradas em 2017.

Tabela - Recomendações emitidas e monitoradas em 2017

Ordem de Serviço	Órgão	Atendidas	Monitorando	Total
2016.03229	CGU	10	11	21
2017.00007	CGU	8	4	12
2017.00833	CGU	4	9	13
2017.019	AUDIN	0	14	14
Total		22	38	60
		37 %	63 %	

Fonte: Sistemas Monitor (CGU) e SIAUDI (AUDIN)

A soma das recomendações emitidas pela CGU corresponde a 77 % (46 recomendações) do total emitidas em 2017 e pela AUDIN 23% (14 recomendações). Foram atendidas 37% das recomendações em 2017 - todas oriundas das ações da CGU - tendo em vista que as recomendações emitidas pela AUDIN estabeleceram os prazos de atendimentos para 2018.

Analizadas sob a ótica das unidades administrativas e acadêmicas auditadas pela CGU, observa-se que 48% das recomendações emitidas foram atendidas ainda em 2017 e as demais foram prorrogadas para 2018, tendo em vista, principalmente, que a adoção de algumas medidas demandariam atuação de outros órgão externos à UFRA as quais deixaram de encaminhar em tempo hábil documentação comprobatória necessárias para efetivação de recomendações em monitoramento. A Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF) foi a unidade contemplada com maior quantitativo de recomendações, com cerca de 54 % (25) do total emitido pelo órgão de controle do Governo Federal. O detalhamento encontra-se na tabela a seguir:

Tabela - Recomendações emitidas pela CGU - por unidade

Unidade	Atendidas	Monitorando	Total
PROAES	8	4	12
PROAF	13	12	25
PROGEP	1	7	8
Reitoria	0	1	1
Total	22	24	46
	48%	52 %	

Fonte: Sistema Monitor (CGU)

No que tange às recomendações emitidas pela AUDIN, em 2017, observa-se que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) foi contemplada com a totalidade das recomendações, cujos prazos de atendimentos estão previstos para 2018. Vide tabela a seguir:

Tabela - Recomendações emitidas por unidade – AUDIN - 2017

Unidade	Atendidas	Monitorando	Total
PROGEP	0	14	14
Total	0	14	14
	0%	100%	

Fonte: Sistema SIAUDI (AUDIN)

7.3 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As despesas com ações de publicidade e propaganda (exercício 2017) da UFRA, intermediadas pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), se deram através de Publicidade Legal.

A Instituição atendeu às prescrições legais, publicando através do Diário Oficial da União (Imprensa Nacional) e de jornais de grande circulação regional, avisos, atas, editais, decisões e outros comunicados necessários ao cumprimento legal de divulgação.

As publicações legais em jornais de grande circulação, realizadas pela UFRA e intermediadas pela ASCOM ocorreram através de contrato firmado com a Empresa Brasil de Comunicação S. A. (EBC). Em 2017 estavam vigentes o Contrato de

Distribuição de Publicidade Legal nº 02/2016 (firmado em 11/03/2016, com validade de 24 meses a partir da data da assinatura – publicado no D.O.U. Seção 3, em 14/03/2016), celebrado entre a UFRA e a EBC; e o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Distribuição de Publicidade Legal nº 02/2016 (11/03/2017 a 10/03/2018 – publicado no D.O.U. Seção 3, em 13/04/2017), para distribuição, pela EBC da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da UFRA.

7.4 Demonstração da Conformidade com o Disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro – Cursos que ofertam disciplina de Libras como matéria obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Agronomia	14557	Belém	Todos os cursos atendem ao Decreto	As informações referetnes ao § 2º do art. 32, da Portaria MEC 40/2007, podem ser encontradas no sítio eletrônico da Universidade (www.ufra.edu.br), nas abas específicas de cada curso.
Computação – Licenciatura	1111794			
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	1180610			
Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	1189924			
Engenharia de Pesca	20015			
Engenharia Florestal	14558			
Informática (Sistemas de Informação)	110857			
Letras/Libras – Licenciatura	1270693			
Medicina Veterinária	14559			
Zootecnia	22000			
Administração	1272127	Capanema		
Agronomia	1189920			
Biologia – Bacharelado	1272128			
Biologia – Licenciatura	1303971			
Ciências Contábeis	189915			
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	1270677	Capitão Poço		
Agronomia	113563			
Biologia – Bacharelado	1270678			
Computação – Licenciatura	1270681			
Engenharia Florestal	1270679			
Sistemas de Informação	1270680	Paragominas		
Administração	1270731			
Agronomia	113565			
Engenharia Florestal	1168552			
Zootecnia	1270701	Parauapebas		
Administração	1270725			
Agronomia	5000899			
Engenharia de Produção	1270724			
Engenharia Florestal	1160990			
Zootecnia	120116	Tomé-Açu		
Administração	1272129			
Biologia – Licenciatura	1305265			
Ciências Contábeis	1270650			
Engenharia Agrícola	1272379			
Letras/Língua Portuguesa - Licenciatura	1305225			

Fonte: PROPLADI/UFRA

26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO

					R\$				
ATIVO	4 TRIMESTRE 2017	4 TRIMESTRE 2016	AH	AV - RE 2017	PASSIVO	4 TRIMESTRE 2017	4 TRIMESTRE 2016	AH	AV - RE 2017
ATIVO CIRCULANTE	3.396.670,57	2.819.683,09	20,46%	0,37%	PASSIVO CIRCULANTE	1.775.527,63	5.052.893,09	-64,86%	0,19%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.344.443,15	1.724.749,32	35,93%	0,25%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	10.759,54	10.759,54	0,00%	0,00%
Créditos a Curto Prazo	1.030.891,85	1.006.778,53	2,00%	0,11%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.436.741,20	4.994.104,97	-71,23%	0,16%
Estoques	21.335,57	84.884,31	-74,87%	0,00%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	-	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	3.270,93	-100,00%	0,00%	Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%
					Demais Obrigações a Curto Prazo	328.026,89	48.028,58	582,98%	0,04%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	916.655.352,42	915.580.180,18	0,12%	99,63%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	0,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-	-	0,00%
Créditos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos	230,49	230,49	0,00%	0,00%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Imobilizado	916.640.443,93	915.565.271,69	0,12%	99,63%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%
Intangível	14.678,00	14.678,00	0,00%	0,00%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.775.527,63	5.052.893,09	-64,86%	0,19%
Diferido	-	-	-	0,00%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	0,00%
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%
					Demais Reservas	-	295.172.550,00	-100,00%	0,00%
					Resultados Acumulados	918.276.495,36	618.174.420,18	48,55%	99,81%
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	918.276.495,36	913.346.970,18	0,54%	99,81%
TOTAL DO ATIVO	920.052.022,99	918.399.863,27	0,18%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	920.052.022,99	918.399.863,27	0,18%	100,00%

Iniciando pelo ATIVO, observamos que em nosso ativo circulante a Conta *ESTOQUES* apresenta uma diminuição de 74,87%(AH) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelo fato de termos mantido em ao final de 2016 um montante considerável de materiais de consumo estocados em nosso almoxarifado sobretudo nos subitens 16 e 17 – material de expediente e material de processamento de dados respectivamente.

Em nosso ativo não circulante, vemos verticalmente que nosso Imobilizado (99,63%) continua a principal conta, o que se deve a constante aquisição de bens móveis por parte da Universidade.

Agora em se tratando do PASSIVO, registramos um aumento substancial de 582,98% no passivo circulante na conta *Demais Obrigações a Curto Prazo* devido sobretudo à implantação do procedimento de conta vinculada, no qual retemos uma parte do valor pago às empresas terceirizadas para futuras liberações em caso de férias, 13º e litígios de seus funcionários. Outra conta que vale ressaltar é a *Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo*, que em valor absoluto decresceu R\$ 3.557.363,77, o que horizontalmente representou um percentual de 71,23% em tais obrigações ao fim do exercício já que ao recebermos o financeiro do MEC para pagamento dos fornecedores finalizamos 2017 com um montante bem menos de contas a pagar em relação ao ano anterior.

Por fim, no Patrimônio Líquido verificamos um comportamento nas contas muito semelhante nos trimestres comparados, com exceção da Conta *Demais Reservas*, que em razão de uma baixa efetuada pelo sistema em nov/2017 zerou o valor de R\$ 295.172.550,00 por motivo de reclassificação da reserva de reavaliação devido à alteração de critério contábil; a contabilização na conta 236110200, a qual deve depender do nível de controle que cada ente possui sobre o seu patrimônio, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (item 7.1.3).

BO - Despesas - Órgão 26253 - UFRA - 4 trimestre 2017

Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	Elemento Despesa	Função Governo	Mês Lançamento	DEZ/ 2017				
				Métrica	Saldo R\$ (Conta Contábil)				
				Subfunção Governo	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3	3	00	12	128	350.000,00	34.358,43			
				301	1.350.108,00	101.359,84			
				331	5.310.420,00	84.287,39			
				364	32.996.497,00	227.677,89			
				28	25.000,00	10.330,88			
		04	12	331		213.902,88	213.902,88	213.902,88	213.902,88
		08	12	331		643.902,25	643.902,25	643.902,25	643.902,25
		14	12	128		61.247,97	61.247,97	61.247,97	61.247,97
				364		637.225,15	688.026,80	688.026,80	688.026,80
				368			115.121,48	115.121,48	115.121,48
		18	12	128		61.600,00	61.600,00	61.600,00	61.600,00
				364		2.921.212,73	2.935.204,94	2.883.405,94	2.877.655,94
		30	12	364		2.727.658,54	2.731.122,32	904.598,55	868.868,02
				368			9.400,34	99,44	99,44
		33	12	128		31.037,18	31.037,18	28.809,31	28.809,31
				364		390.629,84	408.225,37	381.481,31	381.481,31
				368			43.562,64	43.562,64	43.562,64
		36	12	128		59.478,76	42.480,40	42.480,40	42.480,40
				364		1.217.738,31	1.266.061,65	1.214.997,32	1.209.350,33
				368			287.244,60	287.244,60	287.244,60
		37	12	364		12.641.958,24	13.196.040,12	13.164.929,12	12.450.551,01
		39	20	608			2.043.001,00	2.043.001,00	2.043.001,00
			12	128		96.852,12	96.852,12	64.772,12	64.772,12
				364		8.333.192,06	8.844.863,62	7.836.946,18	7.346.900,62
			10	512			3.430.858,97	3.430.858,97	3.430.858,97
				541			2.997.522,93	1.798.513,76	1.798.513,76
		41	28	846		14.669,12	14.669,12	14.669,12	14.669,12
		46	12	331		5.137.094,73	5.137.094,73	5.137.094,73	5.137.094,73
		47	12	364		5.516,16	355.100,30	355.100,30	355.100,30
		48	12	364		0,00	1.745.478,38	1.745.478,38	1.745.478,38
		49	12	331		177.364,07	177.364,07	177.364,07	177.364,07

4	1	92	12	128		2.835,54	1.604,82	1.604,82	1.604,82
				331		4.890,68	4.890,68	4.890,68	4.890,68
				364		3.773.862,23	3.779.671,39	3.773.862,23	3.705.921,58
		93	12	128		2.590,00	2.590,00	2.590,00	2.590,00
				301		1.361.824,16	1.378.197,98	1.378.197,98	1.378.197,98
				364		119.825,85	119.825,85	119.825,85	119.825,85
		00	12	364	93.105.743,00	476.291,56			
				846	17.280.900,00	128.923,20			
			28	846	535.168,00	0,78			
			09	272	33.193.729,00	120.429,39			
			01	09	272	25.766.141,97	25.766.141,97	25.766.141,97	25.766.141,97
			03	09	272	9.364.216,45	9.364.216,45	9.364.216,45	9.364.216,45
			04	12	364	1.567.816,43	1.567.816,43	1.567.816,43	1.567.816,43
			07	12	364	399.827,75	399.827,75	399.827,75	399.827,75
			11	12	364	107.137.988,73	107.137.988,73	107.137.988,73	107.137.988,73
			13	364		360.986,99	360.986,99	360.986,99	360.986,99
				846		19.327.057,80	19.327.057,80	19.327.057,80	19.327.057,80
		16	12	364		101.089,05	101.089,05	101.089,05	101.089,05
		91	12	364		15.286,80	15.286,80	15.286,80	15.286,80
			28	846		526.045,22			
			09	272		1.241.411,47	1.241.411,47	1.241.411,47	1.241.411,47
		92	12	364		668.615,69	668.615,69	668.615,69	668.615,69
			09	272		188.960,72	188.960,72	188.960,72	188.960,72
4	4	00	12	128	22.800,00	5.680,00			
				364	3.698.984,00	301.147,66			
		39	20	608			143.010,07	143.010,07	143.010,07
		52	12	128		17.120,00	17.120,00	15.800,00	7.900,00
				364		3.397.836,34	3.397.836,34	1.619.138,22	1.402.338,74

Analizando as despesas do balanço orçamentário da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA nota-se, de forma geral, um equilíbrio nos valores e percentuais. A exceção é a destinação imperiosa de dotação empregada na configuração em destaque composta por grupo de despesa 1-Pessoal e Encargos Sociais/Função12Educação/subfunção364EnsinoSuperior,ouseja,na folha depagamento dos servidores ativos,inativos e pensionistas da instituição.

26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

R\$

	4º SEMESTRE 2017	4º SEMESTRE 2016	AH	AV - RE 2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	244.312.971,27	188.028.107,54	29,93%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	404.461,81	724.028,37	-44,14%	0,17%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	68.704,91	74.458,22	-7,73%	0,03%
Transferências e Delegações Recebidas	229.123.446,04	187.157.506,16	22,42%	93,78%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.627.639,08	21.567,85	67721,50%	5,99%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	88.719,43	50.546,94	75,52%	0,04%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	224.558.936,90	192.475.279,38	16,67%	91,91%
Pessoal e Encargos	136.639.830,05	112.644.018,72	21,30%	55,93%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.478.562,06	30.419.092,93	19,92%	14,93%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	44.854.862,09	39.299.240,69	14,14%	18,36%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	471,17	-		0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	419.177,91	389.998,21	7,48%	0,17%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	3.108.785,83	-100,00%	0,00%
Tributárias	7.516,16	4.121,37	82,37%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.158.517,46	6.610.021,63	-6,83%	2,52%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.754.034,37	(4.447.171,84)	-544,19%	8,09%

NOTA EXPLICATIVA – DVP – UFRA 26253 – 4º trimestre 2017

Inicialmente convém destacar em nossa Demonstração de Variações Patrimoniais - DVP o aumento de 67.721,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior na conta *Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos* pois no mês de set/17 houve executamos a baixa de bens decorrente de registro no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União –SPIUnet em atendimento ao comunica siafi 2017/1047487, que solicitou providências quanto à correta contabilização de nossos imóveis.

Outra conta que merece relevo na DVP é a de *Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos*, que apresentou a diminuição de 100% em relação ao ano anterior, o qual apresentou o valor de R\$ 3.108.785,83. O referido decréscimo ocorreu integralmente de um ano para o outro em razão de se tratar de uma Conta de Resultado, que por sua natureza, não migra para o próximo exercício, tendo sido encerrada pelo sistema através da 2016NS007991. Outro motivo que ensejou na nulidade da conta no ano atual foi uma mudança na situação siafiweb onde incluímos as despesas de exercícios anteriores pois foi retirado o campo de preenchimento relativo à Conta de Variação Patrimonial Diminutiva, assim sendo não houve registro de valor referente a Incorporação de Passivos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 153034 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA
ORGÃO SUPERIOR 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 16/01/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AV	AH	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AV	AH
Receitas Orçamentárias	1.415.527,96	849.033,53	0,6%	67%	Despesas Orçamentárias	222.561.133,16	188.386.343,71	93,1%	18%
Ordinárias	88.539,71	32.354,59	0,0%	174%	Ordinárias	80.858.671,81	40.150.562,31	33,8%	101%
Vinculadas	1.616.707,48	941.878,94	93,7%	72%	Vinculadas	141.702.461,35	148.235.781,40	59,3%	-4%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.616.707,48	941.878,94	93,7%	72%	Educação	134.107.656,11	120.399.979,51	56,1%	11%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-289.719,23	-125.200,00	-0,1%	131%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	6.428.381,90	26.584.992,87	2,7%	-76%
					Operação de Crédito	799.370,00		0,3%	
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	367.053,34	1.125.081,18	0,2%	-67%
					Outros Recursos Vinculados a Fundos	125.727,84			
Transferências Financeiras Recebidas	228.269.804,23	187.157.506,16	95,5%	22%	Transferências Financeiras Concedidas	404.508,79	375.299,09	0,17%	8%
Resultantes da Execução Orçamentária	207.849.741,98	175.150.063,11	87,0%	19%	Resultantes da Execução Orçamentária	18.229,08	131.626,50	0,01%	-86%
Repasse Recebido	207.849.741,98	175.150.063,11	87,0%	19%	Repasse Concedido	18.229,08	131.626,50	0,01%	-86%
Independentes da Execução Orçamentária	20.420.062,25	12.007.443,05	8,5%	70%	Independentes da Execução Orçamentária	386.279,71	243.672,59	0,16%	59%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	19.549.321,14	11.640.690,59	8,2%	68%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		211.018,00		
Demais Transferências Recebidas	5.518,38		0,002%		Demais Transferências Concedidas	9.424,21			
Movimentação de Saldos Patrimoniais	865.222,73	366.752,46	0,4%	136%	Movimento de Saldos Patrimoniais	376.855,50	32.654,59	0,16%	1054%
Aporte ao RPPS	-	-			Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-			Aporte ao RGPS	-	-		
Recebimentos Extraorçamentários	7.608.566,42	10.648.204,83	3,2%	-29%	Despesas Extraorçamentárias	13.708.562,83	10.401.877,45	5,7%	32%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.544.191,32	651.699,57	0,6%	137%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.690.664,58	3.499.388,55	1,1%	-23%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.023.604,82	9.836.938,43	2,5%	-39%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.977.188,69	6.743.101,35	4,6%	63%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.770,28	57.280,67	0,02%	-29%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.709,56	57.101,39	0,0%	-29%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	102.286,16			Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	102.286,16		
Passivos Transferidos		102.286,16			Demais Pagamentos		102.286,16		
Saldo do Exercício Anterior	1.724.749,32	2.233.525,05	0,7%	-23%	Saldo para o Exercício Seguinte	2.344.443,15	1.724.749,32	1,0%	36%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.724.749,32	2.233.525,05	0,7%	-23%	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.344.443,15	1.724.749,32	1,0%	36%
TOTAL	239.018.647,93	200.888.269,57	100,0%	19%	TOTAL	239.018.647,93	200.888.269,57	100,0%	19%

Em se tratando de nossas receitas orçamentárias verificamos um aumento percentual horizontal de 174% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior pois nossa Universidade processou no atual exercício um volume bem maior de restituições pagas via gru por servidores que precisaram devolver salários e diárias recebidas indevidamente, o que impactou diretamente em nossos recursos ordinários.

Em nossas transferências financeiras recebidas mantém-se a normalidade com a maior representatividade(87%), no que concerne os repasses recebidos na fonte 0112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Já em nossos recebimentos extraorçamentários(não previstos no orçamento) tivemos um aumento de 137% em relação ao 3º tri/2016 no ingresso de financeiro para executar os processos de restos a pagar liquidados.

Em nossos dispêndios, como é de se esperar, o volume maior de nossas despesas orçamentárias é com gastos na área da educação.

Merecem destaques também em nossas transfêrencias concedidas, a diminuição de 86% em relação a 2016 na conta *Repasse Concedido*, e essa diferença expressiva se deu principalmente porque houve a necessidade de transferirmos à UFPA o saldo devedor do Acordo de Cooperação 10/2015 - Concurso Público para TAE da UFRA no valor de R\$ 104.342,70. Já o percentual de 1054% na conta *Movimento de Saldos Patrimoniais* se justifica principalmente por termos devolvido R\$ 288.165,79 à Fapespa em função do encerramento do Acordo 03/2013 - Bolsas para discentes de mestrado e doutorado.

Fornec. e Contas a Pagar - Por Fornecedor - Órgão 26253 UFRA

Mês Lançamento		014/2017		014/2016	
Conta Contábil		Curto Prazo	Total	Curto Prazo	Total
Fornecedor		Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
11408712000160	A & G COMERCIAL LTDA - ME	13.061,60	13.061,60	0,00	0,00
11641379000135	A. ARAUJO ALCANTARA - ME	62.926,81	62.926,81	0,00	0,00
04092384000170	ARQ CONJUNTA LTDA - EPP	61.520,26	61.520,26		
19331395000133	CANAA DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA - EPP	17.027,02	17.027,02	107.562,23	107.562,23
08888040000980	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.	0,00	0,00	108.460,80	108.460,80
04895728000180	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	364.967,01	364.967,01	729.723,41	729.723,41
09211711000180	CENTRAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	131.359,96	131.359,96		
04945341000190	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	90.229,17	90.229,17	0,00	0,00
74148958000160	DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA	0,00	0,00	0,50	0,50
00677870000361	DRIVE A INFORMATICA LTDA	7.437,85	7.437,85		
11163695000149	DUO CLASSIC EVENTOS E PRODUcoes LTDA - ME	0,00	0,00	20.339,78	20.339,78
34849836000187	E B CARDOSO - EIRELI	0,00	0,00	648.494,02	648.494,02
04615616000128	ELEVADORES OK COMERCIO DE PECAS, COMPONENTES E SERVICOS	0,00	0,00	30.898,34	30.898,34
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0,00	0,00	26.277,89	26.277,89
34028316001851	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	0,00	0,00	4.662,26	4.662,26
19267632000144	ENGETRON ENGENHARIA ELETRONICA IND E COM LTDA	0,00	0,00	30.928,28	30.928,28
08065700000176	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	171.120,15	171.120,15		
07204578000109	FLIR SYSTEMS BRASIL COMERCIO DE CAMERAS INFRAVERMELHAS	32.952,50	32.952,50		
01821471000123	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO EM CIEN	0,00	0,00	1.776.738,31	1.776.738,31
19961748000189	GENESIS COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	6.830,00	6.830,00	0,00	0,00
17142432000130	J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES - ME	0,00	0,00	22.111,36	22.111,36
11519067000153	K B PINHEIRO VALADARES COM DE GAS - ME	944,85	944,85		
11235712000106	LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRO	0,00	0,00	999,00	999,00
03387607253	MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	4.963,42	4.963,42	4.670,16	4.670,16
14110682000108	O S SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	0,00	0,00	451.060,04	451.060,04
02650833000123	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	423.810,39	423.810,39		
09241070000106	R FIGUEIRO PEREIRA & CIA LTDA - ME	0,00	0,00	111.692,21	111.692,21
15305915000182	R M H ENGENHARIA LTDA - EPP	0,00	0,00	180.695,59	180.695,59
18242187000103	RSP COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME	24.560,00	24.560,00		
06855175000752	SERVI SAN LTDA	0,00	0,00	320.991,02	320.991,02
03765290000152	SERVICE ITORORO EIRELI	19.391,12	19.391,12		
13803194000105	SERVPRED SERVICOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA - EPP	0,00	0,00	60.030,57	60.030,57
05352726000107	SYSTEMSCOPY LTDA - ME	0,00	0,00	67.703,41	67.703,41
11505962000119	T E M CORDERO COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP	3.639,09	3.639,09		
03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	0,00	0,00	264.065,79	264.065,79
03307982000157	TRANSCIDADE SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00

Traçando um paralelo entre os períodos em análise podemos notar que fechamos o ano de 2017 sem nenhuma obrigação perante os fornecedores de maior vulto em 2016, que foi a empresa de fornecimento de mão-de-obra (limpeza e conservação dos campi) - E B CARDOSO - EIRELI, bem como a Fundacao de Apoio a Pesquisa, Extensao e Ensino em Ciencias Agrárias - FUNPEA principalmente pela gestão administrativa e financeira à execução do projeto intitulado (revitalização da piscicultura familiar no estado do pará), contrato 13/2017, dispensa 2015/2017, proc. 23084.010071/2017-90. Contudo, conforme o demonstrativo acima fechamos o ano tendo a Celpa e a Polo Segurança(Empresa terceirizada responsável pela segurança da UFRA) como nossos maiores compromissos a pagar.

Bens Móveis - Composição - UFRA - órgão 26253 - 4º trimestre 2017

Mês Lançamento		SET/2017	SET/2016	SET/2015	SET/2014	SET/2013	SET/2012	SET/2011	SET/2010	SET/2009	SET/2008
CCon - Item (6)	AV%	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40,7%	25.571.579,42	25.030.058,33	24.378.574,70	20.996.298,50	10.823.584,68	9.068.591,01	7.398.223,15	5.735.749,16	4.260.528,77	3.359.136,97
Bens de Informática	29,4%	18.469.059,39	17.036.587,39	17.036.587,39	15.742.869,08	11.707.619,87	5.868.128,21	3.988.855,26	3.000.571,25	2.013.548,69	1.059.756,60
Móveis e Utensílios	27,1%	17.056.155,65	14.360.492,66	14.319.487,66	12.334.892,75	8.719.745,71	7.604.334,65	4.730.376,58	2.727.413,76	2.439.216,49	1.459.552,12
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6,9%	4.336.558,36	4.073.911,84	4.047.671,80	2.549.705,37	1.534.076,18	1.209.230,46	784.489,31	487.223,65	333.440,64	288.472,47
Veículos	20,3%	12.785.178,03	12.785.178,03	12.783.645,03	12.543.140,87	10.552.801,89	3.717.636,89	3.705.996,95	1.985.483,06	1.481.548,06	1.269.330,06
Bens Móveis em Andamento	0,2%	127.659,59			8.712.852,69	8.423.796,01	2.888.741,29	2.888.741,29	2.888.741,29	2.888.741,29	2.961.235,67
Bens Móveis em Almoarifado	17,8%	11.163.094,76	10.931.352,69	9.981.352,69							
Armamentos	0,0%	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16	3.047,16
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,0%	0,00	7.754,81	7.754,81	7.754,81	7.754,81	7.754,81	7.754,81	544,81	544,81	544,81
Demais Bens Móveis	1,3%	834.483,72	834.483,72	834.483,72	834.483,72	834.483,72	834.483,72	834.483,72	834.483,72	794.791,07	545.696,54
Depreciação / Amortização Acumulada	-43,7%	(27.460.134,60)	(21.143.819,89)	(15.083.209,03)							
Total	100%	62.886.681,48	63.919.046,74	68.309.395,93	73.725.044,95	52.606.910,03	31.201.948,20	24.341.968,23	17.663.257,86	14.215.406,98	10.946.772,40

O Demonstrativo evidencia que a maioria dos móveis da Universidade são aparelhos, equipamentos e utensílios para uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar adicionados ao alto número de novos microcomputadores recentemente adquiridos. Cabe frisar também a conta Móveis e Utensílios, destacando a compra de mobiliário e splits para estruturar nossos prédios.

Bens Imóveis de Uso Especial - Composição - UFRA - Órgão 26253 - 4º trimestre 2017

Mês Lançamento	014/2017	014/2016		
Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	AV%	AH%
Terrenos, Glebas	147.874,20	147.874,20	0,02%	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	816.113.361,10	801.975.601,76	98,78%	1,76%
Imóveis Residenciais e Comerciais	209.457,75	209.457,75	0,03%	0,00%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1.030.605,05	1.030.605,05	0,12%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	13.135.447,21	0,00%	-100,00%
Total	817.501.298,10	816.498.985,97	98,95%	0,12%

Com 98,78%, nossos bens de uso especial permanecem representando a maioria substancial de nossos imóveis, que são os locais onde desenvolvemos nossas atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, convém destacar a diminuição de 100,00% em nossos Bens de Uso Especial devido a baixa de bens decorrentes de registro no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de de uso especial da União –SPIUnet em atendimento ao comunica siafi 2017/1047487, que solicitou providências quanto à correta contabilização de nossos imóveis.

Obrigações Contratuais - Por Contratado - UFRA - Órgão 26253

Mês Lançamento		014/2017	014/2016	AV
Métrica		Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	
Contratado		Total	Total	
19415410000121	ADRIANA SANTOS DA SILVA COMERCIO E SERVICOS - ME	5.194,68	5.194,68	0,01%
07647251000101	ALSCIENCE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA	0,00	125.728,76	0,00%
04092384000170	ARQ CONJUNTA LTDA - EPP	80.418,63	148.359,28	0,15%
06253312000193	ATRIOS COMERCIO, SERVICOS E MANUTENCAO LTDA - ME	0,00	64.974,75	0,00%
15142883000141	COELHO QUEIROZ CONSTRUCOES LTDA - EPP	72.869,97	72.869,97	0,14%
04945341000190	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	26.211,20	494.317,84	0,05%
05506073000173	D.T.I.COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	832.500,00	832.500,00	1,58%
15741481000163	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	314.511,76		0,60%
34849836000187	E B CARDOSO - EIRELI	5.289.611,88	11.020.546,05	10,02%
04615616000128	ELEVADORES OK COMERCIO DE PECAS, COMPONENTES E SERVICOS	84.972,94	92.694,98	0,16%
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	213.375,24	21.374,16	0,40%
34028316001851	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	57.233,59	3.293,31	0,11%
33530486000129	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	505.073,01	575.095,69	0,96%
05059613000118	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ES	92.034,75	127.261,80	0,17%
14686034000196	FGALS EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	23.562,00	23.562,00	0,04%
05572870000159	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	0,00	1.564.231,79	0,00%
01821471000123	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSAO E ENSINO EM CIEN	7.403.629,73	5.271.284,52	14,03%
16971570000169	HYH CONSTRUCAO CIVIL E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	197.976,36	332.199,79	0,38%
03387607253	MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	16.941,03	10.485,02	0,03%
05145171000122	MAZ CONSTRUCOES EIRELI	7.728.223,97	7.854.186,63	14,64%
21938940000104	MIPPE CONSTRUCOES EIRELI - ME	274.429,18	209.132,52	0,52%
02650833000123	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	4.544.870,98	10.791.000,00	8,61%
09241070000106	R FIGUEIRO PEREIRA & CIA LTDA - ME	972.711,77	439.864,09	1,84%
15305915000182	R M H ENGENHARIA LTDA - EPP	1.570.080,05	2.685.109,46	2,97%
10394065000112	S MONTORIL PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP	5.809.343,38	5.230.432,84	11,01%
06855175000752	SERVI SAN LTDA	0,00	1.801.432,18	0,00%
03765290000152	SERVICE ITORORO EIRELI	8.488.229,17		16,08%
13803194000105	SERVPRED SERVICOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA - EPP	4.882.315,93	4.882.315,93	9,25%
05352726000107	SYSTEMSCOPY LTDA - ME	192.633,80	389.877,97	0,36%
07930910000112	T C ENGENHARIA LTDA - ME	1.678.554,67	1.678.554,67	3,18%
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	234.993,10	42.170,70	0,45%
33000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	78.920,35	78.920,35	0,15%
03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	819.624,36	1.128.329,03	1,55%
03307982000157	TRANSCIDADE SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI	293.654,76	2.933,18	0,56%
Total		52.784.702,24	58.000.233,94	100,00%

Verificamos que nossos contratos vigentes de maior vulto são com a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA, com a qual temos contratos fundacionais que visam promover o desenvolvimento tecnológico regional no ramo das Ciências Agrárias, através de ações de pesquisa, ensino e extensão; temos também o contrato com a MAZ CONSTRUCOES EIRELI, que presta serviços de manutenção e reformas prediais no Campus Sede da UFRA; e com a SERVICE ITORORO EIRELI, que disponibiliza mão-de-obra para execução de atividades auxiliares, limpeza e conservação.

Obrigações Contratuais - Composição - UFRA - Órgão 26253 - 4º trimestre 2017

Mês Lançamento	014/2017	014/2016		
Obrigações Contratuais	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	AV%	AH%
Aluguéis	16.941,03	10.485,02	0,02%	38,1%
Serviços	52.767.761,21	57.989.748,92	99,98%	9,9%
Total	52.784.702,24	58.000.233,94	100%	10%

Verificamos que a grande maioria das obrigações contratuais da UFRA é composta por contratos de prestação de serviços com 99,98%. Já a diminuição de 38,1% nas obrigações contratuais de aluguéis se deve à diminuição trimestral natural do saldo do contrato no. 12/2014 celebrado entre a ufra e o Sr. Manoel Domingos dos santos, cpf: 03387607253, relativo ao aluguel do prédio do gabinete de professores do Campus de Capanema. dispensa 2023/2014. t.aditivo 03/2016. proc. 005814/2017-18

Restos a Pagar - 2017 - PESSOAL + OCC por Elemento Despesa

UG Executora	Conta Corrente	Mês Lançamento		DEZ/2017				DEZ/2016	
		Conta Contábil	Elemento Despesa	631100000	631200000	631300000	632100000	631100000	631300000
				= RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	= RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDACAO	= RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	= RP PROCESSADOS A PAGAR	= RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	= RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR
				Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
	2010NE00039198	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS					80,00	
	2010NE90040198	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					1.240,00	
	2010NE90043098	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					617,27	
	2010NE90050098	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					300,00	
	2010NE90050198	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					180,00	
	2010NE90050998	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	822,00				822,00	
	2010NE90059098	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.092,96				2.092,96	
	2010NE90067598	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					266,12	
	2010NE90067798	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					1.363,00	
	2010NE90067998	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					1.319,04	
	2010NE90068198	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.728,04				2.728,04	
	2010NE90072698	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					2.119,24	
	2010NE90072798	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					1.472,98	
	2010NE90072898	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					694,96	

		2010NE90073198	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.798,38				3.798,38	
		2010NE90076598	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.651,20	
		2010NE90077098	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					2.405,68	
		2010NE90079498	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					2.080,00	
		2010NE90093098	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					5.180,00	
		2010NE90119498	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					82,45	
		2011NE00035198	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES					180,00	
		2011NE80030598	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					940,00	
		2011NE80030798	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					720,00	
		2011NE80033998	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.380,00				5.380,00	
		2011NE80056098	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					202,00	
		2011NE80059598	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.265,10	
		2011NE80097498	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					6.980,00	
		2011NE80104898	30	MATERIAL DE CONSUMO					899,00	
		2011NE80110098	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	600,00				600,00	
		2011NE80111498	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	400,00				400,00	
		2011NE80120698	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					194,82	
		2011NE80128298	30	MATERIAL DE CONSUMO					400,00	
		2011NE80130698	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.437,90	
		2011NE80131798	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.205,10				1.205,10	

		2011NE80138198	30	MATERIAL DE CONSUMO					168,00	
		2011NE80138598	30	MATERIAL DE CONSUMO					976,00	
		2011NE80151898	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					5.621,16	
		2011NE80152098	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					645,92	
		2011NE80152898	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					8.344,68	
		2011NE80152998	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					11.330,95	
		2011NE80153698	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					1.424,00	
		2011NE80156298	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.399,80				3.399,80	
		2011NE80157798	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					1.142,02	
		2011NE80157898	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					356,00	
		2011NE80158098	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					4.194,78	
		2011NE80158198	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					897,97	
		2011NE80160898	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					3.230,80	
		2011NE80161198	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.229,99				1.229,99	
		2011NE80163398	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	460,00				460,00	
		2011NE80170698	30	MATERIAL DE CONSUMO					2.737,00	
		2011NE80174498	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.					94,01	
		2012NE80023011	30	MATERIAL DE CONSUMO					8.523,16	
		2012NE80037458	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.					1.334,07	
		2012NE80079501	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA					3.904,82	

		2012NE80083208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.398,00				9.398,00	
		2012NE80088048	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	690,00				690,00	
		2012NE80097208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.976,00				7.976,00	
		2012NE80114218	30	MATERIAL DE CONSUMO					222,00	
		2012NE80115606	30	MATERIAL DE CONSUMO					782,04	
		2012NE80115807	30	MATERIAL DE CONSUMO					940,00	
		2012NE80117435	30	MATERIAL DE CONSUMO					3.884,40	
		2012NE80119135	30	MATERIAL DE CONSUMO					300,00	
		2012NE80121107	30	MATERIAL DE CONSUMO	419,30				419,30	
		2012NE80130134	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.047,00				21.047,00	
		2012NE80134508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.149,99				21.149,99	
		2012NE80135018	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.660,00	
		2012NE80135442	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.255,00				45.255,00	
		2012NE80138342	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	186.082,14				186.082,14	
		2012NE80139835	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	72.559,41				72.559,41	
		2012NE80140108	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,01				0,01	
		2012NE80141771	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	25,00				25,00	
		2012NE80142743	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					498,75	
		2012NE80143752	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.900,00				70.900,00	
		2012NE80156219	30	MATERIAL DE CONSUMO					34,00	
		2012NE80156225	30	MATERIAL DE CONSUMO					49,76	

		2012NE80156226	30	MATERIAL DE CONSUMO					259,10	
		2012NE80156235	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.029,10	
		2012NE80156236	30	MATERIAL DE CONSUMO					235,23	
		2012NE80161342	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.700,00				4.700,00	
		2012NE80161742	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.200,00				4.200,00	
		2012NE80162542	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.750,00				4.750,00	
		2012NE80162842	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.750,00				4.750,00	
		2012NE80164908	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.060,00				2.060,00	
		2012NE80167311	30	MATERIAL DE CONSUMO					444,00	
		2012NE80167335	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.230,00	
		2012NE80169501	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.467,58				4.467,58	
		2012NE80170001	30	MATERIAL DE CONSUMO					6.300,00	
		2012NE80173291	51	OBRAS E INSTALACOES					4.930,09	
		2012NE80176340	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.560,00				12.560,00	
		2012NE80185704	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,02				0,02	
		2012NE80186404	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.049,65				3.049,65	
		2012NE80186408	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.738,22				26.738,22	
		2013NE00090001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	31.200,00				31.200,00	
		2013NE80000147	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	142,07				142,07	
		2013NE80003131	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.					44.329,92	

		2013NE80004901	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.760,18				8.760,18	
		2013NE80015057	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					109,54	
		2013NE80016658	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					375,00	
		2013NE80017217	30	MATERIAL DE CONSUMO					3.164,70	
		2013NE80017617	30	MATERIAL DE CONSUMO					2.156,85	
		2013NE80020763	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.989,00				1.989,00	
		2013NE80022991	51	OBRAS E INSTALACOES	46.645,87				46.645,87	
		2013NE80027458	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					714,26	
		2013NE80029212	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	130,97				130,97	
		2013NE80034004	30	MATERIAL DE CONSUMO					510,00	
		2013NE80038463	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.050,00				1.050,00	
		2013NE80039911	30	MATERIAL DE CONSUMO					60,00	
		2013NE80040006	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.650,00	
		2013NE80040248	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	5.180,00				5.180,00	
		2013NE80040958	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	14.260,54				14.260,54	
		2013NE80042991	51	OBRAS E INSTALACOES					9.522,99	142.016,22
		2013NE80044811	30	MATERIAL DE CONSUMO					549,00	
		2013NE80044835	30	MATERIAL DE CONSUMO					275,00	
		2013NE80045305	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	210,00				210,00	
		2013NE80045506	30	MATERIAL DE CONSUMO	500,50				500,50	
		2013NE80045611	30	MATERIAL DE CONSUMO					58,00	
		2013NE80047639	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.289,03				2.289,03	

		2013NE80058770	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					133,00	
		2013NE80059191	51	OBRAS E INSTALACOES					2.982,03	
		2013NE80064224	30	MATERIAL DE CONSUMO					9.648,50	
		2013NE80067217	30	MATERIAL DE CONSUMO					677,40	
		2013NE80067608	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.567,00				25.567,00	
		2013NE80067708	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.500,00				14.500,00	
		2013NE80068748	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.390,00				2.390,00	
		2013NE80070617	30	MATERIAL DE CONSUMO	791,00				791,00	
		2013NE80073908	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.700,00				1.700,00	
		2013NE80077108	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	102.217,96				102.217,96	
		2013NE80077504	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.146,00				5.146,00	
		2013NE80077508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.603,49				25.603,49	
		2013NE80078035	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	194.709,00				194.709,00	
		2013NE80080904	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.728,97				40.728,97	
		2013NE80081806	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.083,00	
		2013NE80082524	30	MATERIAL DE CONSUMO					8.575,50	
		2013NE80082617	30	MATERIAL DE CONSUMO					500,00	
		2013NE80083217	30	MATERIAL DE CONSUMO					193,45	
		2013NE80087004	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.260,00				5.260,00	
		2013NE80087008	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00				6.000,00	
		2013NE80087304	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.928,00				1.928,00	

		2013NE80087308	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.378,00				6.378,00	
		2013NE80088508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.506,00				49.506,00	
		2013NE80089608	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.500,00				74.500,00	
		2013NE80089704	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.340,00				1.340,00	
		2013NE80091848	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	340,00				340,00	
		2013NE80092508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	910,00				910,00	
		2013NE80093208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.535,00				21.535,00	
		2013NE80094208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.995,00				18.995,00	
		2013NE80094408	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.756,00				37.756,00	
		2013NE80097308	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.600,00				1.600,00	
		2013NE80097508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	236.557,33				236.557,33	
		2013NE80100207	30	MATERIAL DE CONSUMO	84.447,27				84.447,27	
		2013NE80102657	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	64,61				64,61	
		2013NE80107908	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.845,97	
		2013NE80110212	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	511,33				511,33	
		2013NE80114442	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					135.780,00	
		2013NE80115611	30	MATERIAL DE CONSUMO					2.003,70	
		2013NE80115704	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,01				0,01	
		2013NE80116335	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.745,50	

		2013NE80116435	30	MATERIAL DE CONSUMO					4.978,54	
		2013NE80116719	30	MATERIAL DE CONSUMO					336,00	
		2013NE80116735	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.205,15	
		2013NE80118050	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7.118,64				7.118,64	
		2013NE80118308	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.693,49				15.693,49	
		2013NE80119150	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	34.907,82				34.907,82	
		2013NE80119350	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.029,00				1.029,00	
		2013NE80119708	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.349,99				4.349,99	
		2013NE80120208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,04				0,04	
		2013NE80120418	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	67.373,86				67.373,86	
		2013NE80120618	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.941,73				4.941,73	
		2013NE80122133	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.800,00				4.800,00	
		2013NE80123306	30	MATERIAL DE CONSUMO					4.800,00	
		2013NE80124991	51	OBRAS E INSTALACOES	3.635.629,75				4.370.130,77	
		2013NE80126091	51	OBRAS E INSTALACOES					38.309,16	
		2013NE80126191	51	OBRAS E INSTALACOES					24.921,46	6.664,67
		2013NE80126391	51	OBRAS E INSTALACOES	19.551,47				19.551,47	
		2013NE80126491	51	OBRAS E INSTALACOES	57.883,45				57.883,45	
		2013NE80126908	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	160.390,67				160.390,67	
		2013NE80127433	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.989,80				2.989,80	
		2013NE80129916	30	MATERIAL DE CONSUMO					110,00	

		2013NE80130708	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180.000,00				180.000,00	
		2013NE80133808	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					276.815,99	
		2013NE80135308	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	760,00				760,00	
		2013NE80135408	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.498,00				1.498,00	
		2013NE80139022	30	MATERIAL DE CONSUMO	7.077,00				7.077,00	
		2014NE00006401	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.760,00				5.760,00	
		2014NE00006501	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10.000,00				10.000,00	
		2014NE00006701	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.200,00				3.200,00	
		2014NE00006801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.400,00				2.400,00	
		2014NE00056001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	91.800,00				96.200,00	
		2014NE80003157	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00				1,00	
		2014NE80008657	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	0,36				0,36	
		2014NE80008750	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	28.527,00				28.527,00	
		2014NE80011342	30	MATERIAL DE CONSUMO	358,00				358,00	
		2014NE80012221	30	MATERIAL DE CONSUMO	968,50				968,50	
		2014NE80015935	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.607,20				2.607,20	
		2014NE80016217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	5.215,00				5.215,00	
		2014NE80021812	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					3.399,98	
		2014NE80022291	51	OBRAS E INSTALACOES					11.024,02	
		2014NE80024669	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	289,06				289,06	

	UNIVERSIDADE	2014NE80027901	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1,00				1,00	
		2014NE80028935	30	MATERIAL DE CONSUMO	167,40				167,40	
		2014NE80030624	30	MATERIAL DE CONSUMO	178,80				178,80	
		2014NE80030642	30	MATERIAL DE CONSUMO	369,80				369,80	
		2014NE80030928	30	MATERIAL DE CONSUMO	414,30				414,30	
		2014NE80031123	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.169,66				3.169,66	
		2014NE80031369	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	1.342,36				1.342,36	
		2014NE80032118	30	MATERIAL DE CONSUMO	290,40				290,40	
		2014NE80035901	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1,00				1,00	
		2014NE80039217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	1,00				1,00	
		2014NE80039424	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.179,30				2.179,30	
		2014NE80039524	30	MATERIAL DE CONSUMO	639,80				639,80	
		2014NE80040512	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.750,00	
		2014NE80040528	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					38.470,00	
		2014NE80040534	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					4.530,00	
		2014NE80040542	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					39.180,00	
		2014NE80041642	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE						999,00
		2014NE80041828	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.950,00				52.950,00	
		2014NE80041842	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.900,00				13.900,00	
		2014NE80041848	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.800,00				8.800,00	
		2014NE80043610	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,13				0,13	

153034	BANCO FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	2014NE80044533	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,99				0,99	
		2014NE80044601	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1,00				1,00	
		2014NE80045448	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.290,00				2.290,00	
		2014NE80045901	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1,00				1,00	
		2014NE80046801	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1,00				1,00	
		2014NE80050452	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.042,02				1.042,02	
		2014NE80051807	30	MATERIAL DE CONSUMO	63.138,90				246.679,60	
		2014NE80052007	30	MATERIAL DE CONSUMO	123.922,48				123.922,48	
		2014NE80053669	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	15.780,00				15.780,00	
		2014NE80055163	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	166,00				166,00	
		2014NE80056542	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1,49				1,49	
		2014NE80058234	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,09				0,09	
		2014NE80059308	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	780,00				780,00	
		2014NE80062301	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	841,94				841,94	
		2014NE80063917	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	349,74				349,74	
		2014NE80065233	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.300,00				7.300,00	
		2014NE80068163	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.100,00				2.100,00	
		2014NE80068648	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	460,00				460,00	
		2014NE80069335	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.000,00				34.000,00	

		2014NE80069763	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.400,00				1.400,00	
		2014NE80072335	30	MATERIAL DE CONSUMO	42,00				42,00	
		2014NE80072435	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.646,30				1.646,30	
		2014NE80072535	30	MATERIAL DE CONSUMO	144,00				144,00	
		2014NE80073491	51	OBRAS E INSTALACOES					3.452,92	
		2014NE80073717	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.399,80				2.399,80	
		2014NE80075704	30	MATERIAL DE CONSUMO	5,55				365,46	
		2014NE80077508	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.962,81				129.622,40	
		2014NE80078408	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	124.934,40				124.934,40	
		2014NE80078608	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	179.959,00				179.959,00	
		2014NE80078721	30	MATERIAL DE CONSUMO	0,20				0,20	
		2014NE80079217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.597,34				2.597,34	
		2014NE80079642	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.670,00				1.670,00	
		2014NE80080591	51	OBRAS E INSTALACOES	811,49				811,49	
		2014NE80080691	51	OBRAS E INSTALACOES	23.232,00				23.232,00	
		2014NE80080791	51	OBRAS E INSTALACOES						54.006,24
		2014NE80081033	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,03				0,03	
		2014NE80081212	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.999,00				1.999,00	
		2014NE80081230	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00				4.900,00	
		2014NE80081233	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.065,00				20.065,00	
		2014NE80081238	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	51.550,64				51.550,64	
		2014NE80081242	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.153,00				1.153,00	

		2014NE80081904	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.830,00				1.830,00	
		2014NE80081930	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.900,00				23.900,00	
		2014NE80081939	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.700,00				2.700,00	
		2014NE80081940	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.020,00				8.020,00	
		2014NE80081948	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.480,00				8.480,00	
		2014NE80082691	51	OBRAS E INSTALACOES					884.263,36	
		2014NE80084721	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00				1,00	
		2014NE80085202	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.767,05				1.767,05	
		2014NE80085411	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.806,90				1.806,90	
		2014NE80087157	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	337,80				337,80	
		2014NE80087908	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.740,00				6.740,00	
		2014NE80088525	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.500,00				1.500,00	
		2014NE80088835	30	MATERIAL DE CONSUMO	23.065,43				23.065,43	
		2014NE80090344	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	207,07				207,07	
		2014NE80092101	30	MATERIAL DE CONSUMO	12.050,00				12.050,00	
		2014NE80095512	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,06				0,06	
		2014NE80096011	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.292,60				1.292,60	
		2014NE80099258	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00				1,00	
		2014NE80099601	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	87.666,81				87.666,81	
		2014NE80100050	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	72.254,85				72.254,85	

		2014NE80103157	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.469,90				3.469,90	
		2014NE80103621	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	162,87				162,87	60.030,57
		2014NE80103824	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.424,00				2.424,00	
		2014NE80104124	30	MATERIAL DE CONSUMO	14.738,64				14.738,64	
		2014NE80106047	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.380,94				4.380,94	
		2014NE80106703	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1,00				1,00	
		2015NE00010801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.000,00				2.000,00	
		2015NE00014801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.200,00				17.200,00	
		2015NE00040001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	90.600,00				90.600,00	
		2015NE00040101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	137.100,00				178.900,00	
		2015NE00040201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	72.600,00				72.600,00	
		2015NE00063012	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	236,98				236,98	
		2015NE00087991	51	OBRAS E INSTALACOES						100.000,00
		2015NE00088091	51	OBRAS E INSTALACOES	200.000,00				200.000,00	
		2015NE80002135	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.467,37				1.467,37	
		2015NE80007135	30	MATERIAL DE CONSUMO	500,00				500,00	
		2015NE80009007	30	MATERIAL DE CONSUMO	33.006,71				33.006,71	
		2015NE80009107	30	MATERIAL DE CONSUMO					15.155,31	
		2015NE80010607	30	MATERIAL DE CONSUMO					54.576,66	
		2015NE80011704	30	MATERIAL DE CONSUMO	90,00				90,00	
		2015NE80014365	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	33.794,09				33.794,09	
		2015NE80014778	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	17.470,76				38.749,18	

		2015NE80017463	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	422,45				422,45	
		2015NE80017563	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	23.190,00				23.190,00	
		2015NE80018016	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.517,00				3.517,00	
		2015NE80019026	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.226,00				1.226,00	
		2015NE80025591	51	OBRAS E INSTALACOES					1.356,23	
		2015NE80025691	51	OBRAS E INSTALACOES	235.923,83				652.123,60	
		2015NE80025791	51	OBRAS E INSTALACOES	186.444,85				320.668,28	
		2015NE80025891	51	OBRAS E INSTALACOES	101.898,19				101.898,19	
		2015NE80025991	51	OBRAS E INSTALACOES	228.644,09				228.644,09	
		2015NE80026025	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					77.271,21	
		2015NE80026318	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.317,00				1.317,00	
		2015NE80033521	30	MATERIAL DE CONSUMO					4.710,90	
		2015NE80050217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	22.604,68				22.604,68	
		2015NE80056622	30	MATERIAL DE CONSUMO	11.395,00				40.678,00	
		2015NE80056925	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	10.000,00				10.000,00	
		2015NE80058901	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	25.000,00				25.000,00	
		2015NE80059211	30	MATERIAL DE CONSUMO	679,93				679,93	
		2015NE80061926	30	MATERIAL DE CONSUMO	14.368,20				14.368,20	
		2015NE80062026	30	MATERIAL DE CONSUMO	9.861,00				9.861,00	
		2015NE80064757	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	0,01				0,01	
		2015NE80070807	30	MATERIAL DE CONSUMO	146.281,12				176.727,82	
		2015NE80071518	30	MATERIAL DE CONSUMO					4.702,50	
		2015NE80071718	30	MATERIAL DE CONSUMO					1.180,00	
		2015NE80073318	30	MATERIAL DE CONSUMO					3.297,85	

		2015NE80078217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					64.974,75	
		2015NE80081116	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7.943,94				92.479,60	
		2015NE80081216	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	114.798,62				156.225,62	
		2015NE80081479	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.					932.675,37	1.676.738,31
		2016NE00003801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	700,00					
		2016NE00004001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	30,00					
		2016NE00004101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	460,00					
		2016NE00004201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	80,00					
		2016NE00004501	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	580,00					
		2016NE00005701	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.200,00					
		2016NE00005801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	26.789,43					
		2016NE00005901	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	30,00					
		2016NE00006001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.154,07					
		2016NE00006101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	120,00					
		2016NE00008901	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	900,00					
		2016NE00009001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	300,00					
		2016NE00009101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.200,00					
		2016NE00009201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	880,00					

	2016NE00009301	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.440,00					
	2016NE00009401	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.500,00					
	2016NE00009501	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	600,00					
	2016NE00009601	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.800,00					
	2016NE00009701	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.600,00					
	2016NE00009801	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.760,00					
	2016NE00010101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	780,00					
	2016NE00011301	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.260,00					
	2016NE00016101	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.290,00					
	2016NE00018501	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.250,00					
	2016NE00023901	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	200,00					
	2016NE00024001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.250,00					
	2016NE00028701	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	980,00					
	2016NE00030201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.090,00					
	2016NE00037301	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	4.876,86					
	2016NE00038001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	180,00					
	2016NE00039201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				20,00		
	2016NE00040001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	300,00			520,00		

		2016NE00042301	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				30,00		
		2016NE00044001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				60,00		
		2016NE00044201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				20,00		
		2016NE00045001	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.640,00					
		2016NE00045201	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	180,00			320,00		
		2016NE00045301	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	820,00			320,00		
		2016NE00045401	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11.480,00			200,00		
		2016NE00045501	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	21.000,00					
		2016NE00050528	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.014,08					
		2016NE00050628	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	188,82					
		2016NE00050728	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.922,02					
		2016NE00050828	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	538,38					
		2016NE00053028	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.006,96					
		2016NE00056936	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10.759,54				
		2016NE80000565	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80000665	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80001107	30	MATERIAL DE CONSUMO	213,18					
		2016NE80001858	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80003391	51	OBRAS E INSTALACOES	27.499,03					

		2016NE80008917	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.540,00					
		2016NE80010316	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80010936	30	MATERIAL DE CONSUMO	16.413,80					
		2016NE80011108	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	712,33					
		2016NE80011269	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	6,00					
		2016NE80011416	30	MATERIAL DE CONSUMO	189,40					
		2016NE80012304	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.640,00					
		2016NE80012591	51	OBRAS E INSTALACOES	108.454,14					
		2016NE80017539	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.872,00					
		2016NE80017918	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.325,00					
		2016NE80018217	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	70.381,25					
		2016NE80020401	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.020,91					
		2016NE80020501	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.704,81					
		2016NE80024018	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.169,70					
		2016NE80024417	30	MATERIAL DE CONSUMO	580,80					
		2016NE80027939	30	MATERIAL DE CONSUMO	26.421,92					
		2016NE80028825	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	150.000,00					
		2016NE80032107	30	MATERIAL DE CONSUMO	71,10					
		2016NE80032507	30	MATERIAL DE CONSUMO	23.336,45					
		2016NE80033507	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.255,19					
		2016NE80041406	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.250,00					
		2016NE80041506	30	MATERIAL DE CONSUMO	268,00					
		2016NE80044691	51	OBRAS E INSTALACOES	5.948,96					

		2016NE80044825	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.650,00					
		2016NE80045101	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOAO	8.155,50					
		2016NE80045606	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.317,50					
		2016NE80048501	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.798,71					
		2016NE80049579	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80049818	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.981,14					
		2016NE80050778	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80050858	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2,00					
		2016NE80051548	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	450,00					
		2016NE80052208	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.534,08					
		2016NE80053091	51	OBRAS E INSTALACOES	117.197,91					
		2016NE80053505	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80053605	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80053716	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.023,79					
		2016NE80053817	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80054017	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1,00					
		2016NE80059026	30	MATERIAL DE CONSUMO	808,94					
		2016NE80059217	30	MATERIAL DE CONSUMO	762,60					
		2016NE80059317	30	MATERIAL DE CONSUMO	900,00					
		2016NE80060391	51	OBRAS E INSTALACOES	117.882,09					
		2016NE80061917	30	MATERIAL DE CONSUMO	599,80					

		2016NE80062207	30	MATERIAL DE CONSUMO	17.999,55					
		2016NE80064050	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	49.984,00					

		2016NE80064407	30	MATERIAL DE CONSUMO	21.075,57					
		2016NE80064607	30	MATERIAL DE CONSUMO	60.184,08		62.926,81			
		2016NE80064707	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.175,00					
		2016NE80064807	30	MATERIAL DE CONSUMO	55,90					
		2016NE80064925	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	40.203,97					
		2016NE80065206	30	MATERIAL DE CONSUMO	3.317,50					
		2016NE80065303	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1,00					
		2016NE80065579	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	1.414.533,31					
		2016NE80066407	30	MATERIAL DE CONSUMO	45.575,00		24.560,00			
		2016NE80068944	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	911,56					
		2016NE80069079	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	1,00					
		2016NE80075779	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	1,00					
		2016NE80075912	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1,00					
		2016NE80076035	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	51.000,00					
		2016NE80076242	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			131.359,96			

Verificamos que a Conta Contábil 631100000 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR é a de maior representatividade, sobretudo, o empenho 2013NE80124991 - R\$ 4.103.787,99 da empresa S MONTORIL PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA referente a construção de um prédio para a reitoria, no campus belém, concorrência nacional Nº 05/2013, UGR 150645. Proc.17324/2013-22 - Proc Origem: 2013CC00005. O referido empenho precisou ser reinscrito várias vezes em função de um imbróglio judicial envolvendo os participantes do processo licitatório. Após a solução do litígio, a obra foi iniciada, e o referido empenho vem sendo normalmente executado.

Também merece destaque o empenhos 2016NE800655 e 2015NE80081479 referentes à FUNPEA, e que são oriundos da FUNASA para a execução do plano de trabalho, tendo como título " Capacitação Técnica e Elaboração da Minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios Seleccionados do Estado do Pará". O projeto tem um valor total de R\$ 7.290.261,97, e não foi totalmente executado em 2016, por isso o empenho foi inscrito em RP para o ano de 2017.

Por fim, cabe frisar que a Contabilidade da UFRA já advertiu via memo circular a todos os setores da Universidade com relação aos empenhos de anos anteriores. O intuito é minimizar ao máximo a inscrição de tais NEs para 2018.